



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso 105/159, 9º andar, Porto
Capital Social: Euro 20.000.000
CRC Porto – Matrícula nº 51.117
Pessoa Colectiva: 501 669 477

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2008

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

RELATÓRIO GESTÃO

1. Indicadores económicos e financeiros
2. Mensagem do Conselho de Administração
3. O Grupo Ibersol
 - 3.1. Estrutura de negócios do Grupo Ibersol
 - 3.2. Perfil estratégico do Grupo
 - 3.3. Órgãos Sociais
 - 3.4. Principais acontecimento em 2008
 - 3.4.1. As aberturas
 - 3.4.2. A Certificação em segurança alimentar ISO 22000
 - 3.4.3. As políticas activas de Sustentabilidade
 - 3.4.4. Protagonizar os Desafios na Restauração Moderna
 - 3.4.5. Promover a responsabilidade social
4. Enquadramento Económico
 - 4.1. Situação económica mundial
 - 4.2. Situação em Portugal
 - 4.3. Situação em Espanha
5. Portugal
 - 5.1. Restaurantes e Delivery
 - 5.2. Counters
 - 5.3. Travel
 - 5.4. Quiosques de café
 - 5.5. Catering
 - 5.6. Concessões
 - 5.7. Novos conceitos
6. Espanha
 - 6.1. Restaurantes e Counters
 - 6.2. Delivery
7. Gestão sustentável
8. Demonstrações financeiras
9. Perspectivas
10. Factos Subsequentes e Declaração de Responsabilidade
11. Agradecimentos

INTRODUÇÃO

O Grupo Ibersol é uma referência no mercado da restauração moderna em Portugal e Espanha, sendo responsável pelo desenvolvimento de opções de consumo que modernizaram o tecido da restauração em Portugal a partir de 1990 e dinamizaram a oferta em Espanha desde 2002.

O Grupo Ibersol assegura uma ampla cobertura de Portugal Continental e Regiões Autónomas, sempre fiel a um paradigma empresarial assente no enfoque nas necessidades do cliente. Pioneiro a introduzir inovação nas suas Marcas e novos conceitos de restauração, o Grupo procura antecipar as expectativas dos consumidores. Esta postura tem-se revelado um factor de sucesso que assegura a sustentabilidade dos seus negócios e marcas.

A assinalável diversificação e crescimento de negócios, em Portugal e em Espanha, tem vindo a ser acompanhada por um crescimento do volume de negócios e do cash-flow operacional. Hoje o Grupo opera 428 restaurantes, de várias marcas e propostas de valor diferenciadas, 400 em regime de exploração própria e 28 de franquia, 311 em Portugal e 117 em Espanha.

Em 2008, um ano caracterizado por um contexto económico em baixa e por elevados investimentos na consolidação da actividade, o volume de negócios do Grupo ascendeu a 214,6 milhões de euros, tendo o resultado operacional sido de 23,6 milhões de euros. Com um crescimento de 7,0%, o resultado consolidado líquido do exercício ascendeu a 13,7 milhões de euros.

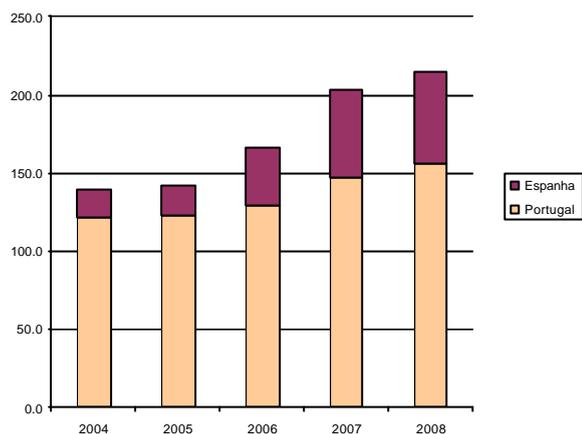
1. Indicadores Económicos e Financeiros

INDICADORES ECONÓMICOS 2008

	Volume negócios	Resultados operacionais	Resultados antes impostos	Resultados líquidos
Mn Euros	214.6	23.6	19.5	14.2
Var %	5.5%	7.6%	7.5%	7.2%

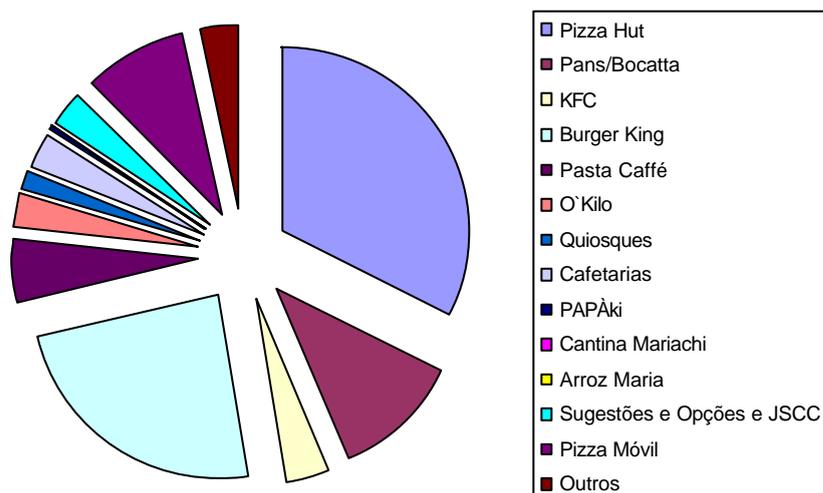
Volume Negócios e Número de Unidades

Volume Negócios (mn €)

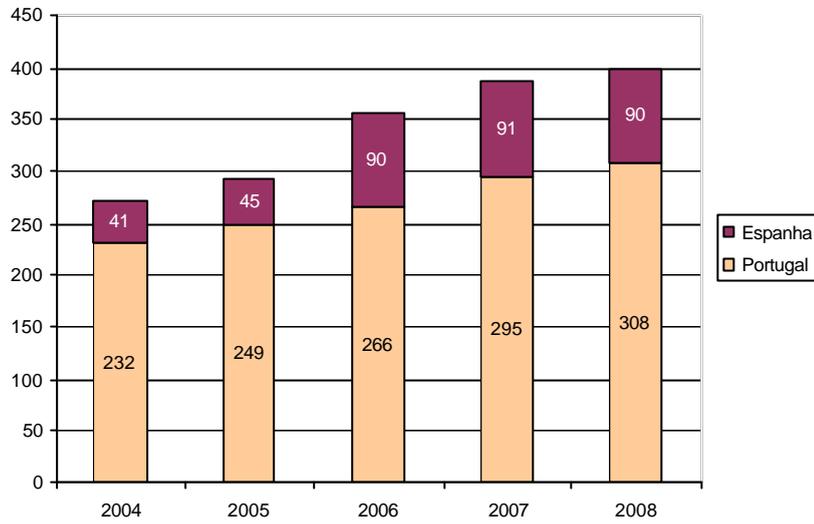


Mn €	2008	2007	Var. %
Portugal	156	148	6%
Espanha	58	56	5%

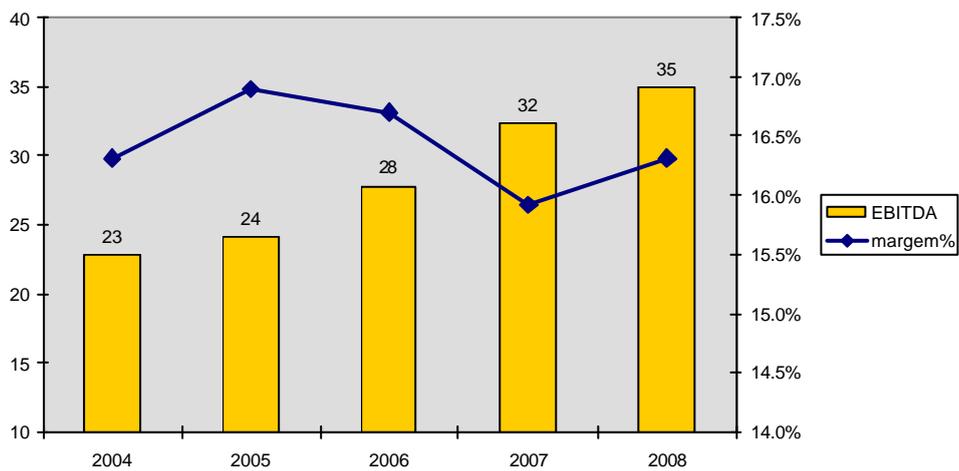
Repartição das Vendas por Marca



Número de Unidades



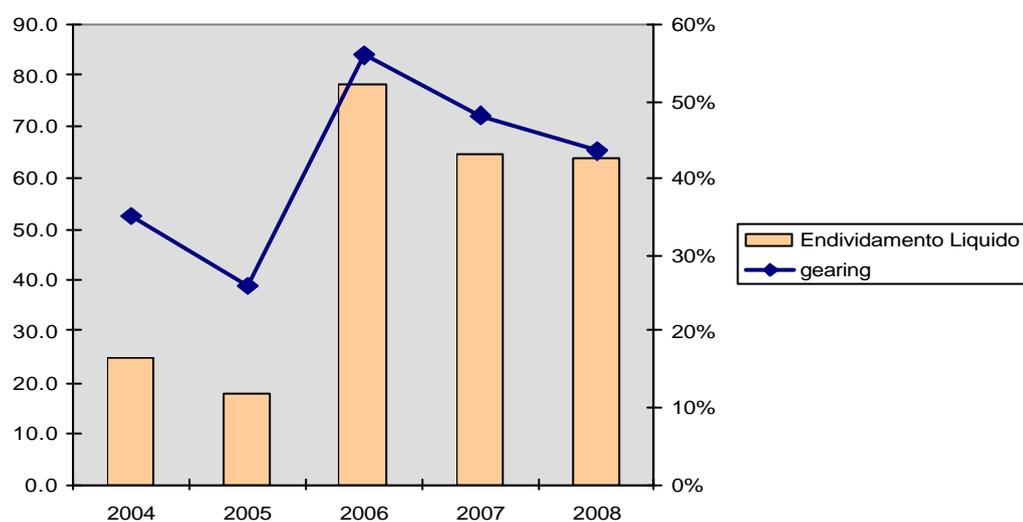
EBITDA



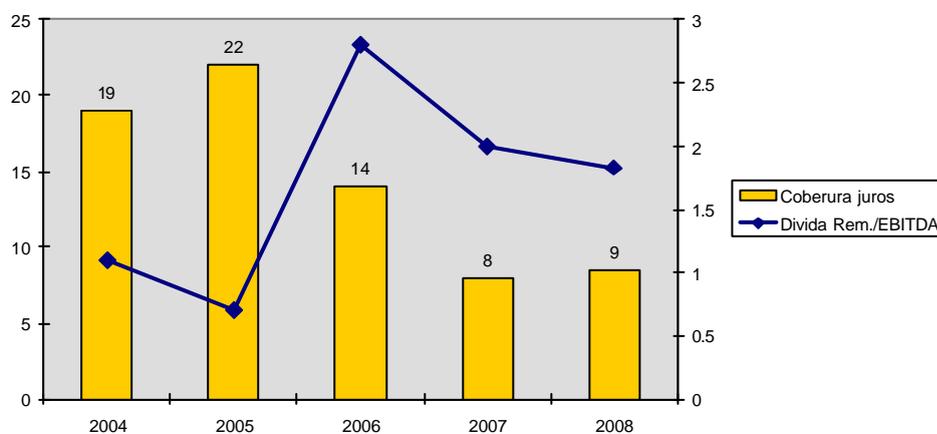
INDICADORES FINANCEIROS 2008

	Activo líquido	Endividamento líquido	Capital próprio
Mn Euros	212	63.9	77.9
Var %	2.1%	-1.4%	19.7%

Endividamento Remunerado Líquido (mn €)



Rácios: Cobertura de Juros e Dívida Remunerada/Ebitda



2. Mensagem do Conselho de Administração

“O ano que termina trouxe aos mercados, às organizações e às pessoas, uma nova realidade, nalguns casos verdadeiras mudanças de paradigma naquilo que é a actividade económica e o crescimento. Mas é também nestes momentos que se colocam os maiores desafios e se torna necessária uma maior capacidade criativa para encontrar novas oportunidades.

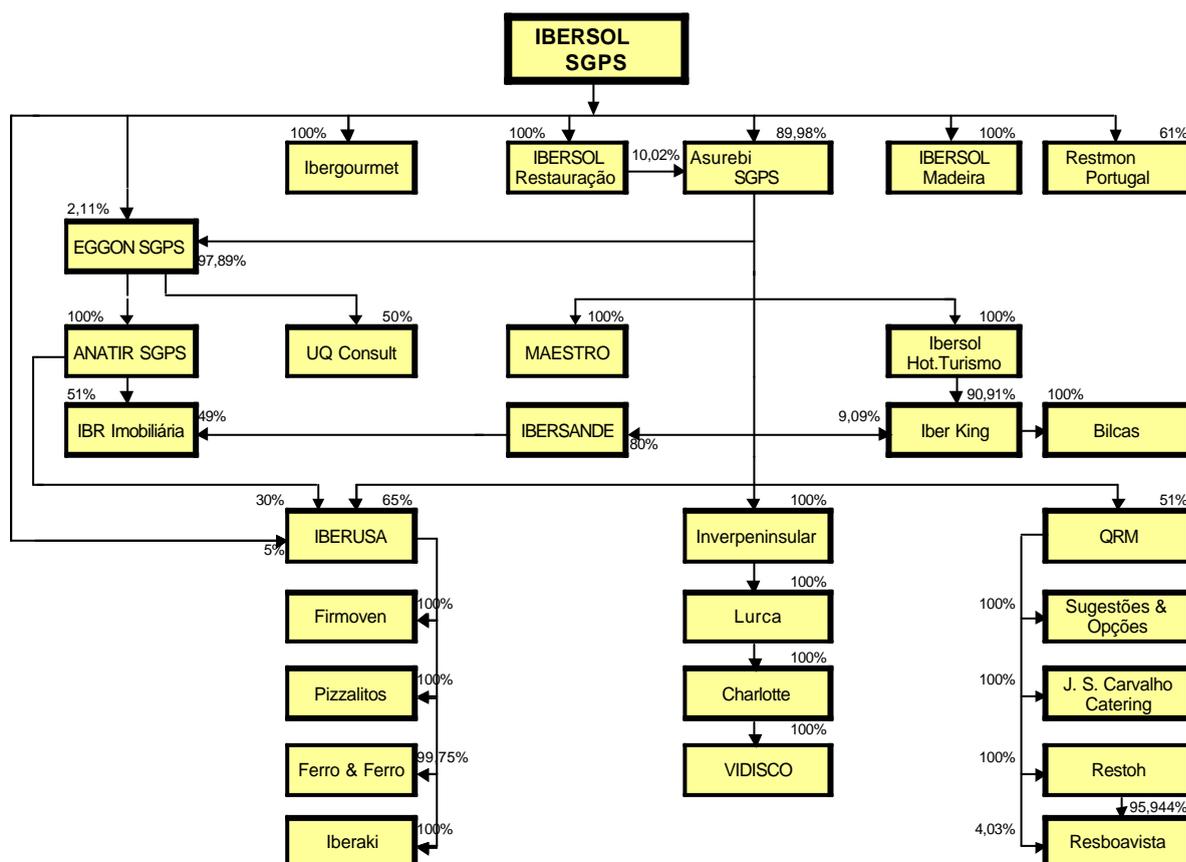
Os resultados de 2008, com um crescimento expressivo no volume do negócio e cash flow operacional evidenciam a forte preparação do Grupo Ibersol para responder aos novos desafios com inovação, maior produtividade e eficácia na operação.

A abertura de 24 novas unidades, às quais corresponde a criação de cerca de 300 postos de trabalho, atingindo no final do ano um universo de 6238 colaboradores, e o lançamento de novas formas de venda e conceitos na restauração, são resultado de um crescimento sustentável e de uma postura positiva face ao futuro.”

3. O Grupo Ibersol

3.1. Estrutura de negócios do Grupo Ibersol

ORGANIGRAMA DE PARTICIPAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008



3.2. Perfil estratégico do Grupo

A Ibersol é um Grupo multi-conceito com implantação ibérica, que se posiciona no negócio da alimentação moderna e organizada. O seu percurso iniciou-se com a abertura da primeira Pizza Hut em Portugal em 1990, um momento marcante para os consumidores portugueses, que despertavam para a realidade das grandes marcas internacionais. Em 1997 a empresa passou a estar cotada na Bolsa de valores de Lisboa, chegando a integrar o núcleo de cotadas que formam o indicador PSI20. Em 2002 alargou a sua actividade ao mercado espanhol e em 2006 com a aquisição da Lurca, um importante franquiado Burger King, a actividade tornou-se claramente ibérica e multinacional. No ano transacto 27% do volume de negócios foi realizado em Espanha.

A empresa tem prosseguido uma estratégia de crescimento sustentado e de constante geração de valor, em consequência de um elevado ritmo de crescimento aliado ao forte investimento no desenvolvimento e diversificação do negócio.

O Grupo Ibersol evoluiu de uma gestão autonomizada das várias marcas para a gestão de unidades e mercados onde coabitam várias marcas. Sem perda de identidade, o Grupo gere marcas numa óptica integrada e 'local'.

Com um único núcleo de competências críticas e processos partilhados, é garantido o suporte aos diferentes negócios e unidades através de eixos estratégicos estruturantes:

1. Um sistema de informação integrado de suporte à tomada de decisão descentralizada.

Este sistema assenta numa comunicação on line, que possibilita a articulação com parceiros e clientes - *business to business* e *business to consumer* - e assegura o suporte à gestão documental e financeira, à operação e gestão das unidades e à disponibilização de indicadores de gestão consolidados.

É assegurada deste modo uma maior eficiência global, sem incorrer em acréscimos de custos administrativos.

2. Uma pool de competências ao nível dos Recursos Humanos, alinhada com os valores e objectivos da empresa.

É nesta pool que o Grupo suporta a sua actividade, investindo sobretudo na valorização das suas pessoas, desde a integração na empresa até à sua valorização pessoal.

Através desta pool de competências, a Ibersol garante a adaptação da organização e das suas pessoas a novos desafios de mudança, crescimento e competitividade, em consequência de uma estruturação mais eficiente dos processos administrativos de RH, do desenvolvimento de programas estruturados de formação (alinhando necessidades das pessoas e Marcas), de um sistema de Gestão de carreira alicerçado nas competências e valores do Grupo, da auscultação da satisfação e motivação dos colaboradores e da implementação de condições de trabalho sãs e seguras.

3. Uma cadeia de abastecimento que garante a qualidade desde o fornecimento, passando pela logística até à venda.

Esta cadeia de abastecimento garante o controlo rigoroso e a rastreabilidade do produto desde a sua origem.

A manutenção e desenvolvimento da cadeia assenta em muito na sistematização dos processos críticos do negócio, que garante uma melhoria contínua na implementação de novos processos

propostos por equipas multi-disciplinares oriundas dos diferentes negócios e funções,

A centralização da cadeia de abastecimento serve a operação em Portugal e Espanha, possibilitando ganhos em eficiência e produtividade, quer no processo, quer na relação com parceiros de negócio.

4. A especialização em unidades centrais de produção, com a produção standardizada e segura de refeições pré-preparadas para os restaurantes do Grupo e para o negócio do catering.

Estas unidades asseguram o suporte técnico às operações presentes em todos os segmentos que o Grupo detém.

5. Um marketing de suporte estratégico ao negócio multi-conceito e às Marcas.

Caracterizado por uma abordagem a duas dimensões, em que se aplicam metodologias de marketing estratégico e de marketing das marcas: a dimensão estratégica assegura o suporte ao desenvolvimento e progressão das marcas e negócio; a dimensão de marca garante a implementação adequada dos planos definidos para a conquista de claros posicionamentos de liderança por inovação das marcas.

O Marketing na Ibersol desenvolve um esforço contínuo de conhecimento do consumidor, ouvindo mais de 1 milhão de clientes por ano, o que lhe permite antecipar cenários de satisfação de necessidades e de cumprimento surpreendente de expectativas, procurando garantir a implementação de uma cultura de Marketing e Comunicação ajustada às dinâmicas da procura, capaz de aportar maior valor e encontrar níveis de indispensável sustentabilidade do negócio.

Tudo com um objectivo de rentabilidade a longo prazo, sustentável e suportada numa atitude e postura diária de responsabilidade social, característica estruturante da organização.

Na estratégia do Grupo Ibersol são pilares de sucesso:

1. A qualidade e segurança alimentar e ambiental:

O Grupo Ibersol prossegue uma estratégia de excelência na qualidade e segurança alimentar e ambiental e está a certificar toda a sua operação, os seus restaurantes e serviços com a norma ISO 22000, o padrão internacional em segurança alimentar, atribuído pela APCER.

2. A qualificação e motivação dos recursos humanos e parceiros de negócio:

O sucesso empresarial está suportado na motivação e qualidade dos colaboradores bem como no estabelecimento de parcerias sustentadas com os fornecedores e parceiros de negócio, que constituem um importante sustentáculo do desenvolvimento, competitividade e modernidade.

3. A plena satisfação das necessidades dos clientes:

O grupo está atento aos tempos de instabilidade, em que os consumidores procuram soluções para uma nova realidade decorrente de um ambiente económico adverso e incerto. Paralelamente, a sua actuação vai ao encontro da maior consciencialização do consumidor sobre hábitos de vida saudáveis, combate à obesidade e promoção da

actividade física.

Em resultado da consolidação de uma estratégia de diversificação, o ano de 2008 ficou marcado pela inovação em novos conceitos e formatos de venda – aeroportos: Oregano, café GoTo; Astrolábio; estações de serviço: Sol - desenvolvimento dos negócios das diferentes marcas – Pizza Hut, Burger King, Pans & Company, KFC, Pasta Café, OKilo, Quiosques, Sugestões & Opções e Silva Carvalho - dando continuidade ao seu programa de educação para o consumo, 'Viva Bem'.

Numa época marcada pela crise e perda de confiança dos consumidores nas instituições, a estratégia assumida pelo Grupo Ibersol – da exploração de uma única marca ao multi-conceito – possibilitou-lhe continuar a ganhar massa crítica, uma posição demarcada nos sectores da restauração onde opera e o aumento da sua capacidade concorrencial na plena satisfação dos clientes.

Intensificar o conhecimento do consumidor, conquistar novos mercados, inovar nos conceitos existentes e nas competências e alargar as franquias, aliando a experiência do grupo ao conhecimento da realidade local, são objectivos que o Grupo assume para 2009, prosseguindo com a estratégia de multi-conceito.

3.3. Órgãos Sociais

IBERSOL, SGPS, SA.

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice - Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero;

Comissão Executiva:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

Pricewaterhousecoopers & Associados – SROC, LDA.;

Representada por Dr. José Pereira Alves (ROC)

Membros da Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente : Dr.^a Anabela Nogueira de Matos

Secretária: Dr.^a Maria Helena Moreira Araújo

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós;

Secretária Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo

3.4. Principais acontecimentos em 2008

3.4.1. As aberturas

Durante o ano de 2008 o Grupo Ibersol procedeu à abertura de 24 novas unidades, distribuídas pelos diferentes segmentos e marcas e de acordo com os planos de desenvolvimento das mesmas.

A esta política de aberturas está associado um criterioso investimento em infraestruturas de qualidade e, como consequência desta política, também a criação de emprego e de desenvolvimento nas áreas geográficas abrangidas.

Como resultado desta realidade, o Grupo criou em 2008 cerca de 300 postos de trabalho, entre Portugal Continental, Regiões Autónomas e Espanha.

3.4.2. A Certificação em segurança alimentar ISO 22000

O Grupo IBERSOL passou a estar na linha da frente da segurança alimentar ao adoptar o processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional em segurança alimentar.

Numa primeira fase a certificação, unidade a unidade, arrancou em Portugal e contempla já 14 unidades, entre marcas e armazéns multi-marca. A gestão da cadeia alimentar de suporte às operações de restauração do Grupo obteve também o mesmo selo de certificação.

Esta certificação foi atribuída ao Grupo Ibersol pela APCER, a única entidade certificadora creditada para a atribuir esta norma.

Ao adoptar a certificação pela norma ISO 22000 o Grupo Ibersol passou a ser a única empresa certificada com este grau de exigência no seu sector e um dos poucos operadores da restauração pública a nível internacional a adoptar tal padrão.

3.4.3 As políticas activas de Sustentabilidade

O Grupo Ibersol apresentou o primeiro relatório de Sustentabilidade, o qual foi desenvolvido sobre o tema Compromisso com a Responsabilidade Social. Tratou-se de um trabalho exaustivo sobre as principais áreas de actuação do Grupo, detalhando o desempenho económico, ambiental e social, no ano de 2007, e no território português.

A decisão de elaborar o relatório de sustentabilidade fez parte de uma etapa natural de amadurecimento das práticas da organização e vai de encontro à filosofia de actuação que o Grupo assume desde há 10 anos como forma de estar no mercado.

Este relatório cruzou os temas de Responsabilidade Social com os processos-chave do Grupo através de uma matriz de progresso. Neste relatório foram apresentados ainda os cinco Princípios da Sustentabilidade da Ibersol e os desafios e compromissos estabelecidos a partir dos mesmos. O desenvolvimento do relatório de sustentabilidade da Ibersol de 2007 foi elaborado com base nas directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade G3, da Global Reporting Initiative (GRI), evidenciando um nível de aplicação C.

Esta iniciativa veio sistematizar as políticas activas de sustentabilidade que o Grupo leva a cabo em termos ambientais, de Recursos Humanos e de Responsabilidade Social.

3.4.4. Protagonizar os Desafios na Restauração Moderna

O Grupo promoveu um encontro com os principais agentes do sector da Restauração, catalisando as grandes questões da Qualidade Alimentar da Oferta num contexto de abrandamento do consumo. Assim, na Casa Serralves no Porto, em articulação com a AHRESP, o encontro dedicado aos novos desafios que se colocam ao Sector da Restauração e Bebidas juntou os mais importantes agentes do sector, privados e públicos.

No encontro foram abordados os grandes temas do sector como as alterações no Regime Jurídico do Sector da Restauração e Bebidas e a Qualidade, Higiene e Segurança Alimentar.

O Grupo Ibersol aproveitou este evento para partilhar as suas políticas de Recursos Humanos, de Qualidade e Certificação e de Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Temas como "Construindo Relações de Confiança - Ser uma Escola para a Vida", Responsabilidade pelo Produto" e "Paixão pelo Cliente - Mãos no Mundo" ilustraram a actividade modelar que o Grupo desenvolve aos mais diversos níveis.

3.4.5. Promover a responsabilidade social

O Grupo Ibersol, em associação com a AMI, levou a cabo, durante o mês de Outubro de 2008, uma campanha de recolha de donativos para o PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS e missão AMI em S. Tomé e Príncipe, na área da nutrição. A simplicidade da mecânica potenciou a forte adesão de todos, sendo pedidos apenas 0,20€ para alimentar uma criança com fome.

140.000 euros foi o resultado da forte adesão dos consumidores e contribuição directa da Ibersol, o que possibilitou um dos maiores donativos recolhidos num período de apenas um mês.

Com o lema "para salvar crianças com fome junte-se a nós e à AMI", esta iniciativa recolheu os fundos necessários para garantir 700.000 refeições, que correspondem a alimentar cerca de 2.000 crianças num ano e salvar as suas vidas. Este objectivo tornou-se viável com a participação das principais Marcas que o Grupo detém – 225 restaurantes e mais de 5000 colaboradores.

O lançamento desta iniciativa por parte do Grupo Ibersol deu continuidade ao esforço público-privado para combater a fome à escala mundial e contribuiu para a criação de uma consciência global sobre a fome no mundo e para o movimento voluntário de apoio ao Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas.

O grupo Ibersol foi homenageado pela AMI, com a entrega de um diploma de honra, galardão máximo de reconhecimento da AMI aos seus parceiros.

4. Enquadramento económico

4.1. Situação a nível mundial

O ano de 2008 ficou marcado por uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais, particularmente intensa a partir do mês de Setembro, com repercussões profundas na economia real. Como resultado, a actividade económica a nível mundial registou um novo enfraquecimento, com o PIB a crescer cerca de 3,4% (5,2% em 2007), precipitando uma trajectória descendente já iniciada em 2007.

Assistiu-se a uma quebra generalizada da procura à escala global, com o início de um quadro recessivo na generalidade das economias avançadas e uma maior desaceleração do crescimento nas economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, estimando-se para 2009 um crescimento na ordem de 0,5% do PIB mundial (o mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial) e de 3% em 2010.

Os dados económicos já disponíveis e as últimas projecções do FMI mostram que as economias desenvolvidas cresceram apenas 1% em 2008 (2,7% em 2007), esperando-se para 2009 uma redução acentuada no PIB (cerca de -2%), que afectará todos os países.

Quanto aos mercados emergentes e em desenvolvimento, o crescimento em 2008 ficou-se pelos 6,3% (8,3% em 2007), projectando-se para 2009 uma taxa que não deverá ultrapassar os 3,3%. A dimensão da crise está bem patente no forte abrandamento do crescimento da generalidade destas economias.

De referir ainda que a União Europeia apresentou um crescimento de 1,3% em 2008 (3,1% em 2007), prevendo-se uma quebra do PIB de 1,8% para 2009.

4.2 Situação em Portugal

Pequena economia aberta plenamente integrada em termos económicos e financeiros, Portugal não poderia deixar de ser fortemente afectado pela recessão internacional. Estimativas recentes do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB de 0,3% em 2008 (1,9% em 2007) e, para 2009, uma projecção de quebra da actividade económica de 0,8%, antevendo-se, para 2010, o início da recuperação económica, ainda que de forma ténue (0,3% do PIB).

Num cenário de redução da procura global e de descida dos preços das matérias primas, em particular do petróleo, a inflação deverá reduzir de 2,7% em 2008 para 1,0% em 2009, daqui resultando um ganho das famílias em termos de rendimento disponível, pelo que é legítimo esperar que, apesar da dimensão da crise, o consumo privado em 2009 possa ter um crescimento positivo da ordem de 0,4% (1,4% em 2008), ajudado, ainda, pela já consumada redução das taxas de juro do crédito. Esta expectativa quanto ao consumo privado é condicionada negativamente por dois factores: o crescimento da taxa de poupança decorrente da incerteza quanto ao futuro e o inevitável aumento do desemprego, que constitui o aspecto mais negativo e mais dramático da actual situação económica.

A queda do produto interno é explicada fundamentalmente pela redução nas exportações e no investimento:

–Devido à crise económica nos principais mercados destino de mercadorias e de serviços de turismo, as exportações caíram fortemente, de 7,6% em 2007 para 0,6% em 2008. Para 2009 prevê-se o aprofundar da crise, com uma taxa negativa de cerca de 3,6%, sendo de esperar um crescimento da ordem de 1,8% em 2010, acompanhando a esperada retoma económica internacional;

–No que respeita à formação bruta de capital fixo, e como consequência directa do crescente clima de desconfiança dos agentes económicos, da dificuldade no acesso ao crédito e da redução da procura externa, foi negativa de 0,8% em 2008, após um crescimento de 3,2% em 2007. À crescente deterioração da procura nos mercados (interno e externo) corresponderá uma maior contracção do investimento em 2009 (-1,7%) e em 2010 (-0,3%).

4.3 Situação em Espanha

Depois de ter crescido acima dos 3% durante os últimos anos, a economia espanhola enfrenta um período de arrefecimento acentuado (1,2% em 2008 e projecções de -1,7% para 2009 e -0,1% para 2010), cuja principal causa radica na contracção da procura interna, com destaque para o investimento, que em 2008 foi negativo na ordem dos 2,0%, após vários anos de crescimento acima dos 6%, período que se prolongou até ao final de 2007.

Com efeito, estima-se que esta variável apresente uma quebra de 9,5% em 2009 e mantenha uma trajectória negativa nos anos seguintes, reflectindo a lenta recuperação do mercado imobiliário, principal motor dos últimos anos.

Quanto ao consumo privado, desacelerou consideravelmente em 2008 (0,6%), após uma década de forte crescimento, com taxas médias da ordem dos 3,7%, devendo contrair-se ainda mais em 2009 (-0,6%), como consequência da deterioração do mercado de trabalho e da queda de valor dos activos imobiliários e financeiros. A política fortemente expansionista do Governo compensará em parte a quebra do sector privado, não evitando, no entanto, o arrefecimento geral da economia, devendo a inflação reduzir de 4,1% em 2008 para 1,9% em 2009.

Nota Final

No actual cenário de extrema turbulência e grande volatilidade dos mercados, quaisquer projecções económicas incluem um muito elevado grau de incerteza.

Apesar das medidas já postas em prática pelos governos e pelos bancos centrais dos diferentes países, com destaque para os EUA, os constrangimentos a nível dos mercados financeiros e o clima de desconfiança que permanece entre os diferentes operadores económicos, continuam a condicionar o normal desenrolar da actividade económica.

Parece claro que são necessárias medidas concertadas ainda mais vigorosas para restaurar a saúde e a confiança no sector financeiro, e políticas macroeconómicas, a nível monetário e fiscal, que estimulem a procura a nível global, evitando uma maior contracção da economia e o risco de deflação, dessa forma criando as condições para o início da retoma económica no decorrer do segundo semestre de 2009 e uma lenta mas sustentada normalização, em 2010, do ambiente económico à escala mundial.

5. Portugal

O Grupo Ibersol assume-se hoje em dia como o mais importante grupo de restauração moderna em Portugal e um dos maiores da península Ibérica. Em Portugal, a operação no continente e nas regiões autónomas compreende 310 unidades, segmentadas por um portfólio de marcas como a Pizza Hut, Burger King, Pans & Company, KFC, Ô Kilo, Pasta Caffé, Pap'Áki e Bocatta.

O Grupo redefiniu a forma de abordar o mercado da Restauração Moderna, criando novos paradigmas de segmentação, que se prendem com diferentes formas de consumo, e se reflectem na apresentação dos resultados da sua actividade. Esta segmentação, seguidamente apresentada, compreende as áreas Restaurantes, Counters, Delivery, Travel, Catering, Concessões e Quiosques.

5.1 Restaurantes e Delivery

Pizza Hut

A Pizza Hut concluiu o exercício com um volume de vendas superior a 66,9 milhões de euros o que corresponde a um crescimento de 6%, continuando a liderar o mercado nacional do segmento de pizzas. A marca conta com uma equipa de cerca 2212 colaboradores.

A Marca manteve a sua política de investimentos na reformulação do parque de unidades, procedeu à remodelação de imagem da loja de Santarém e prosseguiu os investimentos na expansão, tendo aberto 4 novas unidades: no Centro Comercial Palácio Gelo em Viseu, no Centro Comercial Mar Shopping em Matosinhos, no Centro Comercial Fórum Barreiro, e em Valongo. No final de Dezembro procedeu ao encerramento da unidade de Sá Bandeira, no Porto, tendo terminado o exercício com 95 unidades em funcionamento.

Durante o ano de 2008, após o sucesso do lançamento da Cheesy Bites Pizza, a marca reforçou o seu posicionamento de *Fun and Friendly* com acções de inovação de produto, através do lançamento ao longo do ano da "*Cheesy Bites Pepperoni*" e "*Cheesy Bites Cheese & Ham*".

Na continuidade do sucesso da campanha de fidelização e frequência lançada nos anos anteriores - "Oferta da Pizza Grátis" - a Pizza Hut efectuou durante o ano de 2008 duas vagas desta campanha, procurando potenciar a frequência – Cross Selling - nos 4 segmentos de venda da Marca (restaurante, counter, take away e delivery).

Ainda em 2008, a Pizza Hut efectuou no segmento de entrega ao domicílio - Delivery - o lançamento da Rolling Pizza e das extensões "*Rolling Pizza com Pepperoni*" e "*Rolling Pizza Cheese & Ham*".

Para o target jovem é de salientar a presença da Pizza Hut no Rock in Rio Lisboa com uma Unidade Móvel. O sucesso ultrapassou as melhores previsões, estando bem representado nas cerca de 20.000 fatias de pizzas vendidas e mais de 5.500 pizzas familiares.

Pasta Caffé

No exercício de 2008 a Marca Pasta Caffé registou um volume de vendas de 7,9 milhões de euros, que correspondeu a uma redução de -7,5% face ao ano anterior. A marca conta com uma equipa de 272 colaboradores.

A Pasta Caffé conta actualmente com 19 unidades em Portugal, mantendo assim a liderança do mercado de restauração temática Italiana.

A estratégia da Marca, iniciada em 2006, assente essencialmente na qualidade gastronómica e melhoria constante da qualidade de serviço, foi ajustada em 2008 com o reforço da agressividade comercial, insuficiente para reagir à evolução de uma procura que se deslocou para os segmentos em que a receita média é mais baixa. A renovação da imagem e conteúdo das principais promoções da marca tiveram por objectivo um maior ajustamento à realidade do mercado.

Também na área da inovação gastronómica, e acompanhando as actuais preocupações com a alimentação equilibrada, foi desenvolvido no âmbito do programa Viva Bem, transversal a todo o grupo Ibersol, um novo Menu Infantil, que disponibiliza informação nutricional completa dos seus diversos pratos e sobremesas.

Com a introdução destas alterações, estes menus asseguram um equilíbrio de macro nutrientes e os níveis de teor calórico recomendados internacionalmente.

Arroz Maria

No último trimestre de 2008 foi tomada a decisão de proceder ao encerramento do restaurante Arroz Maria, situado na Doca de Santo Amaro, em Lisboa, que se efectivou já no decurso deste exercício. Este restaurante, inaugurado em 2004 com inspiração num conceito de paellas do Grupo Lezama, um grupo com expressiva experiência no mercado espanhol, acabou por não corresponder, em termos comerciais, ao plano de negócio projectado.

Pap'aki

A marca Pap'aki encerrou o ano de 2008 com um volume de vendas de 0,5 milhões de euros, o que correspondeu a uma redução de -17,5% face ao ano transacto, e 11 colaboradores. Por extinção do contrato de arrendamento, a marca encerrou um balcão e a unidade de Almada, mantendo em funcionamento o restaurante situado no grande Porto e dois balcões, no segmento Travel, na A8.

O conceito Pap'aki define-se como um restaurante de serviço à mesa que proporciona aos seus clientes uma refeição equilibrada e completa, recorrendo aos sabores da culinária nacional, num ambiente moderno e acolhedor e com uma boa proposta de valor.

Procurando a sua inspiração no receituário regional português, a marca continua a renovar a sua ementa em todas as estações do Ano, com a introdução de novos pratos, especialidades e sobremesas.

Num mercado altamente competitivo, a marca aposta numa diferenciação face aos concorrentes, baseada na qualidade.

5.2. Counters

O`Kilo

A marca Ò Kilo, encerrou o ano de 2008 com um volume de vendas de 5,6 milhões de euros, que representou uma redução de -10,8% face ao ano transacto, assegurado por 176 colaboradores. A marca Ò Kilo explora, no Continente e Açores, restaurantes especializados em churrasco, tendo encerrado o ano com 18 restaurantes. O posicionamento definido procurou assegurar a satisfação das necessidades dos consumidores que procuram associar o prazer das carnes grelhadas - servidas de forma rápida em situação de conveniência - a uma alimentação saudável.

O cliente pode fazer a sua própria selecção, escolhendo os seus ingredientes preferidos e pagando a peso ou optar pelas combinações previamente definidas, para as quais o preço é fixo, uma variedade apetitosa e tentadora, mas saudável, que lhe permite fazer combinações a seu gosto.

No ano de 2008, a marca ajustou a sua oferta de gama e preço, de forma a criar a percepção de maior variedade e a ganhar maior competitividade.

A diversidade dos produtos foi reforçada, tomando sempre em consideração as tendências dos consumidores por uma alimentação variada e segura, baseada em produtos naturais e originais.

A qualidade dos produtos é um factor crítico de sucesso para a marca e tem vindo a constituir-se como uma clara vantagem competitiva face à actual oferta no mercado.

KFC

Continuando o crescimento de vendas verificado no ano anterior, 2008 foi um ano positivo com um volume de vendas de 8,1 milhões de euros, correspondentes a um crescimento de 1,8% relativamente ao ano anterior, efectuado no mesmo conjunto de 16 lojas, onde trabalham 215 colaboradores.

Em 2008 foram incorporados no menu alguns dos melhores lançamentos internacionais, nomeadamente as ofertas em bundle apresentadas em caixas – BoxMeal, All In Ze Box e Xmas Box. Na linha dos formatos para partilha foram introduzidos, ainda, os Variety Buckets e em termos de especialidades o Boxmaster e o Toasted Twister, todos com grande sucesso em termos de adesão pelos clientes.

No seguimento da decisão de aproximar a execução do conceito das melhores experiências internacionais, iniciou-se a mudança para o novo posicionamento da Marca - Taste The Difference - oriundo de França, que pretende fazer evoluir a KFC através duma abordagem mais enérgica na relação com o cliente, produto e espaços, com a comunidade local e com os próprios colaboradores. É um conceito ainda em implementação cujos efeitos totais se repercutirão apenas em 2009.

Pans & Company e Bocatta

A Pans & Company e Bocatta concluem o exercício com um volume de vendas de 22,6 milhões de euros o que corresponde a um crescimento de 8%, continuando a liderar o mercado nacional na oferta de sandes. Em 31 de Dezembro a Pans & Company contava com 55 restaurantes e a Bocatta com 2, perfazendo um total de 535 colaboradores.

A marca lançou ao longo do ano um conjunto de iniciativas promocionais, nomeadamente sete novas sandes com um preço vantajoso, que tiveram a adesão de cerca de 10% dos seus clientes, e um cartão de fidelidade destinado a levar à experimentação dos diferentes tipos de pão e a aumentar a frequência de visita.

Ainda ao nível promocional e com o objectivo principal de captar novos clientes, foram efectuadas duas campanhas de distribuição porta a porta de cadernetas de descontos, cobrindo mais de 1.000.000 de lares em todo o país. A acção mais marcante da Pans & Company ocorreu nos meses de Outubro e Novembro com o lançamento da campanha "Batalha Naval", com comunicação no ponto de venda e campanha publicitária nos media outdoor. Esta campanha, com uma mecânica assente no tradicional jogo da batalha naval, teve como principal objectivo rejuvenescer o posicionamento da marca junto do seu target principal e aumentar a frequência de visita dos clientes.

Burger King

A Burger King fechou o ano de 2008 com um volume de vendas 16,7 milhões de euros e um crescimento de 28,4% face ao ano anterior. A marca tinha, em Dezembro de 2008, 392 colaboradores, mais 9,2% do que no final do exercício anterior.

A Burger King opera 30 restaurantes em Portugal continental e regiões autónomas, sendo a sub-líder no seu segmento – hambúrguer. A marca tem vindo a efectuar um crescimento sustentado da sua rede de restaurantes, assente numa escolha criteriosa das localizações e goza de uma notoriedade generalizada, por ter um produto que largamente supera em qualidade o dos seus concorrentes directos.

A Burger king é uma referência no sector da restauração rápida dada a característica básica que a distingue: a forma de cozinhar os hambúrgueres na chama que garante um produto mais saudável e saboroso.

Também o conceito "have it your way" – ao teu gosto!, dá a oportunidade de escolher o "seu próprio" hambúrguer combinando, acrescentando ou prescindindo de alguns dos ingredientes básicos.

O ano de 2008 caracterizou-se por um forte crescimento das vendas no mesmo universo acrescidas pelas que resultaram da abertura de 2 importantes unidades: Portas do Mar na marina Ponta Delgada e no Mar Shopping em Matosinhos.

5.3 Travel

O negócio no segmento travel abrange fundamentalmente as áreas de serviço de auto-estradas e os Aeroportos num claro posicionamento de oferta para consumidores em viagem.

As unidades alocadas a este segmento têm uma gestão assente no conceito multi-marca, que integra, no mesmo espaço, mais do que uma marca, tendo como objectivo satisfazer as necessidades dos diferentes consumidores nos vários momentos de consumo, através de conceitos específicos.

Áreas de serviço

As áreas de serviço de auto-estradas constituem já um segmento de actividade relevante para o Grupo Ibersol, que no final do exercício abrangia 33 unidades:

Sol – 20 unidades

A5, Lusoponte, A8, Seixal, Carvalhos, Modivas, – 13 Unidades.

Na sequência dos contratos de concessão estabelecidos com a AENOR, num total de 28 unidades, a Ibersol decidiu apresentar-se ao consumidor com uma marca própria, específica para o negócio das auto-estradas, denominada Sol.

Este segmento de negócio – áreas de serviço Sol e outras - atingiu, em 2008, o volume de vendas de 9,5 milhões de euros e conta com 250 colaboradores.

Durante o ano de 2008, foram abertas 10 novas unidades em cinco localizações – Barcelos (A11) em Abril, Alvão (A7) em Setembro, Vagos (A17) em Outubro e Matosinhos (A4) e Lousada (A11) em Dezembro, o que representou um investimento de 5,7 milhões de euros e totalizou 20 unidades Sol.

A marca SOL é especialista em restauração nas auto-estradas através de unidades de design moderno e funcionais, com propostas alimentares ajustadas às necessidades dos consumidores e com serviços que vão muito além dos restaurantes convencionais das estações de serviço.

As unidades Sol caracterizam-se pela oferta de refeições rápidas e menus variados, com preços acessíveis, preparados ao momento, sempre com um atendimento personalizado e atento. Em várias localizações as unidades Sol integram marcas internacionais de reconhecida notoriedade como Pans & Company ou Burger King, todas elas abrangidas pelo plano de certificação global com a ISO 22000, exigente padrão internacional de segurança alimentar.

As unidades Sol disponibilizam ainda serviços como a existência de áreas específicas para fumadores, fraldário independente, espaço wi-fi, tomadas para carregamento de computadores ou telemóveis, serviço de multibanco, venda de jornais de revistas e presentes de última hora, tudo 24 horas por dia.

Neste exercício, a marca Sol evoluiu para uma imagem mais contemporânea, com comunicação mais clara da sua oferta e posicionamento, visível nas unidades de Matosinhos.

Aeroportos

Este segmento de negócio tem vindo, igualmente, a constituir uma área de expansão do Grupo e inclui 12 unidades nos Aeroportos de Lisboa e João Paulo II (Ponta Delgada). O volume de vendas, mesmo com o encerramento, durante quatro meses, da zona restrita de partidas do terminal 1, do aeroporto de Lisboa, atingiu 7,1 milhões de euros. Esta operação fechou o ano com 141 colaboradores.

O Grupo tem vindo a investir na remodelação progressiva das unidades que explora, reposicionando os conceitos existentes e criando novos, com o objectivo de satisfazer as necessidades crescentes deste segmento e continuar a ser um player de referência nos Aeroportos portugueses.

Durante este exercício, entre Janeiro e fim de Abril, o aeroporto de Lisboa procedeu a obras de remodelação da zona restrita de partidas do terminal 1 e a Ibersol aproveitou para remodelar as unidades que operava nesta zona tendo criado três novos conceitos – Go To Café, Oregon mediterranean food e Cockpit drinks & tapas.

Igualmente, renovou uma cafetaria no aeroporto João Paulo II, criando o conceito Connection Food/Bar e a cafetaria e self-service Sky Plaza, no terminal 2 do aeroporto de Lisboa.

O investimento neste segmento de negócio foi de 0,9 milhões de euros.

5.4 Quiosques de Café

Os quiosques de café, que o Grupo Ibersol explora sob a marca Delta, encerraram o ano com 11 unidades a que correspondem 24 pontos de venda e onde trabalhavam 122 colaboradores. As vendas atingiram os 3,2 milhões de euros, -5,0% que no ano transacto. Este resultado advém principalmente da actividade do 1º semestre, que se caracterizou por um declínio na venda de café, como resultado da proibição generalizada de fumar dentro de áreas fechadas, como são os centros comerciais onde estes quiosques estão localizados.

O ano de 2008 caracterizou-se pelo reforço do posicionamento e reconhecimento como os especialistas de café nos locais onde estão implantados e ainda pela diversificação da oferta, alargando as opções aos clientes.

Dado não se ter registado a abertura de novas unidades durante o ano, 2008 foi aproveitado para consolidar o negócio através de um movimento de reforço das estruturas de coordenação operacional e de formação.

5.5 Catering

O negócio de Catering da Ibersol, é representado pelas empresas José Silva Carvalho Catering, Sa em Lisboa e Sugestões e Opções, no Porto.

Assim, o Grupo Ibersol é o único operador nacional de Catering, com representação no Porto e

Lisboa, tanto com cozinhas como com armazéns próprios. O negócio de Catering em 2008, teve um volume de vendas de 6,3 milhões de euros.

Foram executados 680 eventos, tendo-se contratado exteriormente 9.200 pessoas, o que representou 96.000 horas alocadas aos eventos.

Deu-se continuidade às políticas de investimentos, nomeadamente nas áreas de sistemas de informação de apoio à gestão, novos materiais para eventos e novos conceitos de cozinha.

O Grupo Ibersol obteve a adjudicação de todo o serviço de Catering do Rock in Rio, conjuntamente com outras marcas do Grupo, (Pizza Hut, KFC e Sugestões e Opções). Foram servidas 10.000 pessoas na tenda VIP, o que incluiu o catering para todos os artistas e staff que participaram no maior evento musical, realizado em Portugal.

Foi também efectuado o Catering exclusivo no lançamento mundial do novo Skoda em Portugal, tendo sido servidas, em 20 dias, mais de 13.000 refeições.

A marca Silva Carvalho Catering consolidou-se a nível nacional, alargando a sua presença à zona norte e centro do país. A notoriedade da marca permitiu a entrada em novas zonas geográficas, nomeadamente Aveiro e Gondomar.

5.6 Concessões

O Grupo explora actualmente os seguintes espaços concessionados:

- Museu de Serralves
- Casa da Música
- Palácio de Cristal
- Biblioteca Almeida Garrett
- Tecmaia
- Exponor
- Estação de Campanhã

Durante o ano de 2008 acelerou-se o processo de integração da gestão deste negócio, que na sua maioria adopta a insígnia Sugestões e Opções, na filosofia e princípios do grupo. Esta integração implicou um esforço transversal, onde colaboraram os diversos departamentos da empresa, desde as compras e logística, até aos recursos humanos e manutenção.

Ao nível das operações o esforço centrou-se, fundamentalmente, na adopção dos princípios e metodologias de gestão já usados pelos outros negócios do Grupo, embora adaptadas às características próprias deste negócio.

Todas as unidades que compõem este negócio têm características distintas. Daí que seja importante identificar qual o público utilizador e aquilo que ele procura em cada momento de consumo, ao longo do dia, desde o pequeno-almoço ou outras refeições ligeiras, até ao jantar de alta qualidade gastronómica, servido no restaurante do Museu de Serralves.

5.7 Novos conceitos

Em 2008 o Grupo Ibersol apostou na reformulação dos espaços concessionados nos Aeroportos com o objectivo de responder às novas tendências do mercado e do consumidor, criando para este efeito novos conceitos que respeitaram princípios muito inovadores, nomeadamente, uma arquitectura e imagem cosmopolita e consistente com a oferta, a exposição apelativa e distribuição adequada e um serviço mais eficiente e acolhedor.

Cockpit Drinks & Tapas – Aeroporto Lisboa

O Cockpit Bar oferece um verdadeiro cardápio de bons paladares. Tapas Frias e quentes, mini-bocadillos, salgadinhos e aperitivos secos, para acompanhar com um bom copo de vinho. Rápido para quem está de passagem e acolhedor para quem tem de permanecer mais tempo no Aeroporto. Para além disso o Cockpit Bar, foi pensado para aqueles que têm de chegar cada vez mais cedo ao Aeroporto e aí tomar o pequeno-almoço, possibilitando propostas que variam entre o Continental, à Inglesa e o Natural.

Oregano – Mediterranean Food – Aeroporto Lisboa

A oferta deste restaurante tem por base a dieta mediterrânica, conhecida por ser rica, variada e boa para a saúde. No menu há sopas, saladas, pratos de peixe, pratos de carne e quiches, para levar ou saborear tranquilamente no food-court. As crianças também não foram esquecidas com produtos especialmente confeccionados para elas. Um conceito fashion dentro da oferta de propostas saudáveis.

Go To Café – Aeroporto Lisboa

Para quem não tem tempo a perder, o Go To Café é o local perfeito, para, rapidamente, tomar um pequeno-almoço ou uma refeição leve. Um espaço pensado para o atendimento célere e eficaz, para todos os que pretendem ali chegar, pedir, comer e voar.

Connection - Aeroporto Ponta Delgada

O Connection Coffee/ Food Bar apresenta um design contemporâneo e uma variedade de produtos que servem, na perfeição, as necessidades de quem anda em viagem e não tem tempo de fazer refeições completas, mas gosta de comer bem. Com uma oferta de saladas, massas, sanduíches, sobremesas e bebidas, tudo na zona de self-service e um balcão com pratos quentes e uma vasta oferta de produtos de cafetaria. Sempre com um atendimento rápido e eficiente.

6. Espanha

6.1 Restaurantes e Counters

Pasta Caffé

O Grupo Ibersol opera a marca Pasta Caffé a nível Ibérico e conta actualmente com 10 restaurantes desta marca em Espanha, afirmando-se como a única cadeia de restaurantes italianos com expressão Ibérica. No exercício de 2008 e no mercado Espanhol, a Marca Pasta Caffé registou um volume de vendas de 3,5 milhões de euros e um total de 126 colaboradores.

Com localizações dispersas pelas comunidades autónomas de Galiza, Castilla e Leon, Castilla la Mancha, Madrid, País Basco e Aragão, a marca abrange uma grande parte do território espanhol. Esta dispersão, embora originando dificuldades na gestão operacional, permite testar o conceito em diversos mercados.

O exercício de 2008 caracterizou-se por um esforço de melhoria ao nível operacional, nomeadamente na gestão mais eficiente das matérias primas e no fortalecimento das equipas de gestão dos restaurantes.

O Pasta Caffé, tal como em Portugal, garante um posicionamento assente essencialmente na qualidade gastronómica e melhoria constante da qualidade de serviço. Também em Espanha, a renovação da imagem e conteúdo das principais promoções tiveram por objectivo um maior ajustamento à realidade do mercado.

Burger King

O Grupo detém também a empresa Lurca que em regime de franquia gere presentemente 32 unidades da marca Burger King em nove províncias do território Espanhol, 19 delas em Madrid, tendo adquirido uma unidade em Palência e encerrado, por razões administrativas, a unidade situada no Palacio de Hielo em Madrid.

O exercício de 2008 caracterizou-se por um forte aumento do volume de negócio de cerca de 10,2%, alcançando um total de 32,3 milhões de euros, a que não é alheia uma mudança de orientação dos consumidores para formatos onde pode adquirir a sua refeição a preços mais competitivos, conjugada com um conjunto de promoções agressivas e lançamentos de novos produtos que recolheram uma boa aceitação dos consumidores.

A marca conta com 523 colaboradores, estando os seus escritórios centrais situados em Madrid.

Num mercado caracterizado pela forte concorrência do sector, a marca Burger King aposta na satisfação dos cliente, com uma proposta de valor superior em termos da relação qualidade preço, não negligenciando qualquer atributo de frescura, grelhado e sabor.

6.2. Delivery

Pizza Móvil

O ano de 2008 foi um ano especialmente atípico no mercado espanhol, tanto na restauração como em geral, provocado pelo aparecimento de um quadro macroeconómico de recessão e por uma redução notável do consumo entre a população.

Apesar disso, e tendo como principal canal de negócio o delivery, as lojas da cadeia Pizza Móvil terminaram o ano com o seu volume de negócio praticamente em linha com o ano anterior, alcançando um volume de vendas de 27,4 milhões de euros (as unidades próprias venderam 18,6 milhões de euros e as franquias 8,8 milhões de euros). A Pizza Móvil conta com 852 colaboradores.

A marca abriu 3 unidades e encerrou 2, alcançando um total de 74 lojas em toda a Espanha. Do mesmo modo, durante o ano de 2008 a Pizza Móvil entrou na Comunidade da Estremadura, na qual já possui 2 espaços franquizados, alcançando já um total de 26 espaços em regime de franquia, ou seja 35% do total.

Durante o ano de 2008, a Pizza Móvil reforçou o seu posicionamento estratégico em especialista de Pizzas - ¡¡Somos la pizza!! . A proposta de valor da marca é fortemente comunicada e aliada a uma oferta diversificada de promoções. A marca goza ainda de elevada notoriedade junto dos consumidores, sobretudo os mais jovens.

No ano de 2008 ocorreram as Olimpíadas , com grande impacto nas audiências de todo o mundo, e a Pizza Móvil reforçou a sua notoriedade pela associação ao canoísta David Cal, o desportista com mais medalhas olímpicas em toda a história do desporto espanhol, que obteve uma medalha de ouro e outra de prata em Pekin 2008.

7. Gestão Sustentável

O Grupo Ibersol desenvolveu ao longo dos últimos dez anos um conjunto de práticas de boa gestão que muito contribuíram para a construção de um modelo de Gestão sustentável. A estas práticas, foram adicionadas competências integradoras capazes de produzir um modelo concebido de acordo com os princípios internacionalmente aceites nomeadamente um dos paradigmas da sustentabilidade “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Em 2008 foram reforçadas as políticas decorrentes dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, por forma a que os processos e procedimentos, de forma transversal aos níveis hierárquicos, fossem aplicados no âmbito dos recursos humanos, do ambiente e da responsabilidade social.

De salientar o projecto E2Trade que entrou na sua fase operacional com o registo mensal das leituras dos contadores por parte das unidades. Como consequência as unidades passaram a ter acesso aos seus consumos de electricidade em kWh na plataforma E2Trade.

Na sequência das acções de sensibilização levadas a cabo no final de 2007 as unidades começaram a implementar medidas de utilização racional de electricidade, através da definição de planos On/Off para a utilização dos equipamentos instalados, adopção de melhores práticas de utilização de equipamentos (ex. utilização de máquina de lavar louça com carga completa) e pequenas alterações das instalações de modo a permitir uma utilização modular das mesmas (ex. divisão de circuitos de iluminação).

A disponibilização dos dados de consumos permitiu dar às unidades informação de retorno sobre a eficácia das medidas tomadas obtendo-se desta forma um reforço positivo das acções implementadas.

Os resultados obtidos superaram as metas inicialmente estabelecidas para o projecto, com a redução de 5% a 6% da electricidade consumida. Em consequência foram evitadas emissões de CO2 superiores a 1000 Ton.

Este projecto orientado para a redução do consumo de electricidade teve efeitos colaterais positivos, pois as medidas de racionalização adoptadas abrangeram também equipamentos consumidores de gás e o consumo de água.

8. Demonstrações Financeiras

Resultados Operacionais

No exercício de 2008, os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 218 milhões de euros o que representa um crescimento de 5,8% relativamente a 2007. A margem EBITDA, para o mesmo período, ascendeu a 35 milhões de euros, mais 8,1% do que no ano transacto e os resultados operacionais atingiram 23,6 milhões de euros, com um crescimento de 7,6% em relação ao ano anterior.

Vendas e Outros Proveitos Operacionais

O **volume de negócios** consolidado totalizou no final do ano 214,6 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 5,5% relativamente ao ano de 2007.

O volume de negócios reparte-se da forma seguinte:

	Milhões de euros	Var 08/07
Vendas Restauração	207.87	6.1%
Vendas Mercadorias	4.30	-8.5%
<u>Prestação Serviços</u>	<u>2.39</u>	<u>-12.9%</u>
<u>Volume Negócios</u>	<u>214.56</u>	<u>5.5%</u>

O volume de negócios em Portugal ascendeu a cerca de 156 milhões de euros, representando um crescimento de 6% face ao ano anterior. Em Espanha, o volume de negócios cresceu 5% e atingiu cerca de 58 milhões correspondente a 27% do volume de negócios do Grupo.

As vendas de mercadorias e o volume das prestações de serviço evoluíram de forma negativa em virtude de uma menor contributo das vendas aos franquizados da Pizza Móvil e de uma menor incorporação de serviços no volume de negócios do *catering*.

As vendas de restauração registaram um crescimento *like-for-like* de 3,9%, que em conjunto com a expansão (mais 12 unidades) e com os eventos não recorrentes (Rock in Rio de Lisboa e lançamento de um novo modelo da Skoda em Lisboa) permitiram um acréscimo anual de 6,1%, face ao volume de vendas de 2007.

As vendas de restauração por conceito distribuíram-se da forma seguinte:

Relatório de Gestão

VENDAS	milhões euros	Variação 08/07
Pizza Hut	66.94	6.0%
Pans/Bocatta	22.57	8.0%
KFC	8.12	1.8%
Burger King	16.70	28.4%
Pasta Caffé (Portugal)	7.90	-7.5%
O`Kilo	5.60	-10.8%
Quiosques	3.17	-5.0%
Cafetarias	6.43	25.0%
PAPÀki	0.50	-17.5%
Cantina Mariachi	0.23	-43.9%
Arroz Maria	0.18	-48.1%
Sugestões e Opções e JSCC	6.30	-14.5%
Outros	6.86	-12.5%
Portugal	151.50	4.6%
Pizza Móvil	18.58	-3.1%
Pasta Caffé (Espanha)	3.46	31.5%
Burger King Espanha	32.25	10.2%
Espanha	54.28	6.3%
Eventos extraordinários	2.09	
Total Restauração	207.87	6.1%

Em Portugal, as vendas sem os eventos extraordinário aumentaram 4,6% destacando-se:

- o sucesso comercial dos últimos lançamentos da Pizza Hut;
- a sustentada captação de quota de mercado por parte da Burger King;
- a recuperação das vendas KFC, por efeito de uma maior dinâmica comercial e de lançamento de novos produtos;
- o abrandamento do ritmo de crescimento da Pans & C^{oa}, afectada pelo aparecimento de novos conceitos de conveniência nos food courts;
- os efeitos da crise na marca de ticket mais elevado (Pasta Caffé) e na realização de eventos de *catering*;
- a expansão das Áreas de Serviço em auto-estrada com impacto nas vendas das cafetarias;
- as dificuldades do O`Kilo em fazer face ao aumento de competidores no segmento das carnes;
- o encerramento das insígnias Cantina Mariachi e Arroz Maria.

Em Espanha, atingiu-se um volume de vendas de 54 milhões de euros, representando um crescimento de 6,3%, consequência de dois movimentos opostos: excelente desempenho da Burger King e desaceleração das vendas da Pizza Móvil no 2º semestre.

A necessidade de uma constante avaliação do *portfólio* de pontos de venda conduziu ao encerramento de 11 unidades próprias, pelo que no final do ano operávamos 308 unidades próprias em Portugal e 90 em Espanha.

No final do ano, o número total de unidades – próprias e franquizadas – era de 426 com a

distribuição seguinte:

Nº Unidades	2007	2008		2008
	31-Dez	Aberturas	Encerramentos	31-Dez
PORTUGAL	298	20	8	310
Próprias	295	20	7	308
Pizza Hut	92	4	1	95
Okilo	19		1	18
Pans	53	4		57
Burger King	28	2		30
KFC	16			16
Pasta Caffé	19			19
Quiosques	11			11
PapÁki	5		2	3
Cantina Mariachi	2		2	0
Arroz Maria	1		1	0
Cafetarias	24	10		34
Sugestões e Opções e JSCC	9			9
Outros	16			16
Franquiadas	3		1	2
ESPAÑA	116	4	4	116
Próprias	91	3	4	90
Pizza Móvil	48	2	2	48
Pasta Caffé	11		1	10
Burger King	32	1	1	32
Franquiadas	25	1	0	26
Pizza Móvil	25	1		26
Pasta Caffé	0			0
Total Próprias	386	23	11	398
Total Franquiadas	28	1	1	28
TOTAL	414	24	12	426

Os outros proveitos operacionais ascenderam a 3,5 milhões de euros, dos quais a componente mais significativa respeita às participações dos fornecedores em campanhas de marketing.

Custos operacionais

Os custos operacionais consolidados atingiram o montante de 194,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,6% face ao ano anterior, evoluindo a um nível ligeiramente abaixo das vendas.

Margem bruta

O CEVC (custo das mercadorias e matérias primas vendidas e consumidas) que em 2007, reclassificando os custos associados às vendas e serviços prestados pelo *catering*, representava 22,2% do volume de negócios reduziu-se para 22% principalmente devido à descida dos preços de algumas matérias-primas ao longo do exercício.

A margem bruta sobre o volume de negócios foi neste exercício de 78%, que compara com 77,8%

registada no ano passado.

Remunerações e encargos com pessoal

Os custos com pessoal ascenderam a 67,3 milhões de euros face a 62,8 milhões de euros verificados em 2007. Assim, tendo os custos desta rubrica evoluído a ritmo superior ao do volume de negócios, o seu peso aumentou para 31,4%.

Em Espanha, uma cada vez maior assimilação dos processos do Grupo na área da formação e da racionalização dos custos, tem permitido ganhos de produtividade, embora naturalmente a ritmo inferior ao verificado em 2007.

Em Portugal, a abertura de unidades em áreas de serviço a funcionarem com horários alargados e localizadas em estradas com tráfegos ainda pouco estabilizados não permitem alcançar níveis de produtividade comparáveis aos da média do Grupo, pelo menos nos primeiros cinco anos de actividade, influenciando negativamente a evolução dos custos com pessoal.

Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos em FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos) ascenderam a 66,8 milhões de euros, face a 63,8 milhões de euros em 2007 (após transferência de 2,2 milhões para CEVC, para obedecer aos critérios de classificação utilizados em 2008), equivalente a um aumento de 4,6%, ou seja inferior ao crescimento da actividade.

Consequentemente, o peso desta rubrica reduziu para 31,1% do volume de negócios. O esforço desenvolvido na racionalização e controlo de alguns gastos gerais apoiado pelo aumento do peso da actividade em conceitos de balcão que operam com menores custos fixos desta natureza contrariaram o aumento do tarifário da energia e também o agravamento do peso dos custos fixos nas unidades em áreas de serviço que se encontram nos primeiros anos de exploração.

Outros Custos Operacionais

Os outros custos operacionais cifraram-se em 1,9 milhões de euros e estão influenciados pelos custos de encerramento de algumas unidades durante o exercício.

O imposto de selo e outras taxas, em 2008, ascenderam a 607 mil euros.

Amortizações e Provisões

As amortizações e perdas por imparidade do exercício, incluindo provisões, totalizaram 11,4 milhões de euros, um aumento de 1 milhão de euros face a 2007, passando a representar 5,3% do volume de negócios. As perdas por imparidade dos activos tangíveis e intangíveis reconhecidos neste exercício atingiram o montante de 1,6 milhões de euros.

EBITDA

O EBITDA no período ascendeu a 35 milhões de euros que compara com 32,4 milhões de euros atingidos no ano anterior. Apesar de uma conjuntura pouco favorável e cada vez mais competitiva, o EBITDA consolidado aumentou 8,1%.

As melhorias da margem bruta e a focalização na optimização dos custos determinaram um aumento da margem EBITDA que passou de 15,9% em 2007, para 16,3% em 2008.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do exercício foi negativo em 4,2 milhões de euros, superior ao valor verificado no ano passado que foi de 3,8 milhões de euros. Este agravamento decorre fundamentalmente das sucessivas subidas das taxas de juro verificadas ao longo dos primeiros nove meses do ano.

Os juros suportados atingiram 4,1 milhões de euros, o que corresponde a um custo médio da dívida de 5,3%.

Resultado Líquido Consolidado

O **resultado consolidado antes de impostos** atingiu o montante de 19,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,4 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 7,5%.

Imposto sobre o rendimento

O imposto efectivo em 2008 foi de 3,55 milhões de euros, quando em 2007 foi de 3,15 milhões de euros, registando um incremento face à evolução dos resultados, pelo facto de se ter esgotado a utilização de prejuízos fiscais em algumas sociedades do Grupo.

Por efeito dos impostos diferidos, o montante de imposto total que releva para apuramento do Resultado Líquido ascende a um montante positivo de 5,25 milhões de euros, que corresponde a uma taxa de 27%.

Interesses minoritários

Os interesses minoritários respeitam essencialmente à parcela de minoritários na filial Ibersande (Pans&C^a) e ascenderam a 525 mil euros.

O **resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses minoritários** ascendeu a 14,2 milhões de euros, que compara com o registado em 2007 no montante de 13,3 milhões de euros.

O **resultado líquido consolidado atribuível ao Grupo** ascendeu a 13,7 milhões de euros, 7% superior ao de 2007, que foi de 12,8 milhões de euros.

Situação Financeira

Balanço

O **Activo** consolidado atingiu um montante de 212 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, o que representa um aumento de cerca de 4 milhões de euros em relação ao final de 2007.

Este aumento resultou essencialmente das rubricas de imobilizado e corresponde às seguintes contribuições:

- (i) redução do imobilizado técnico referente às amortizações e imparidades do exercício (cerca de -11 milhões euros);
- (ii) investimento nos planos de expansão e remodelação (cerca 17 milhões euros)
- (iii) encerramento de unidades (cerca de - 3 milhões de euros).

O **Passivo** consolidado atingiu um montante de 130 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, o que representa uma redução de 9 milhões de euros em relação ao final de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008, o **Capital Próprio** ascendia a 83 milhões de euros, um aumento de 13 milhões de euros em relação ao final de 2007, tendo-se distribuído, no exercício, a título de dividendos cerca de 1,0 milhão de euros.

CAPEX

Em 2008, o **CAPEX** atingiu o montante de 17 milhões de euros, correspondendo ao investimento em:

- expansão: abertura de 20 unidades em Portugal e 3 em Espanha (13,5 milhões de euros);
- modernização e remodelação de 12 pontos de venda (2,6 milhões de euros).

Ocorreu ainda desinvestimento, por encerramento, de 11 unidades (7 em Portugal e 4 em Espanha).

O *cash flow* gerado no exercício atingiu o montante de 25,6 milhões de euros, valor suficiente para a cobertura financeira do CAPEX.

Dívida líquida consolidada

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado ascendia a 63,9 milhões de euros, que comparativamente com a dívida no final de 2007 (64,8 milhões de euros) corresponde a uma redução em cerca de 1 milhão de euros. O endividamento bancário de curto prazo é constituído pelo financiamento que tivemos de contrair para aquisição da Lurca (Espanha) e por emissões de Programa de Papel Comercial com possibilidades de denúncia em 2009.

Consequentemente, o *“gearing”* (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)) que no final de

2007 era de 48,1% baixou para 43,5%.

O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” no final de 2008 era de 1,9 vezes (2,0 vezes em 2007) e o rácio de cobertura dos juros pelo EBITDA era de 9 vezes (compara com 8 em 2007).

Mantendo-se o nível de endividamento, a estrutura financeira do Grupo continua a apresentar uma solidez apreciável. Durante o ano de 2009 é previsível que a sociedade desenvolva operações no sentido da consolidação de mais uma parcela da dívida bancária de curto prazo.

Acções próprias

Durante o exercício a sociedade adquiriu acções da sociedade para reforço da sua carteira de acções próprias até atingir o limite de 10% do capital social. As transacções de compra totalizaram 5.627 acções e um montante de 32.832 euros (preço médio 5,83 euros).

Em 31 de Dezembro de 2008, a sociedade detinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

9. Perspectivas

Apesar das medidas já postas em prática pelos governos e pelos bancos centrais dos diferentes países, com destaque para os EUA, os constrangimentos a nível dos mercados financeiros e o clima de desconfiança que permanece entre os diferentes operadores económicos, continuam a condicionar o normal desenrolar da actividade económica.

Neste contexto e cientes que o mercado de consumo recessivo não deixará de afectar o sector da restauração com critérios mais selectivos vamos manter uma dinâmica de expansão negócios.

Operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar impactos nas demonstrações financeiras.

Atenta a oportunidades e perseguindo o plano estratégico de desenvolvimento das Marcas, nomeadamente da Burger King, prevê-se que durante o ano de 2009 a Ibersol possa realizar cerca de 20 aberturas, 16 em Portugal e 4 em Espanha.

O desafio da optimização e desenvolvimento do negócio de *catering* continuará a constituir um dos objectivos para este ano.

10. Factos Subsequentes e Declaração de Conformidade

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

Em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários declaramos que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA, referentes ao exercício de 2008, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

11. Agradecimentos

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, porquanto a dedicação e o entusiasmo que revelaram foi fundamental para a prossecução dos objectivos que identificamos.

Registamos com apreço a colaboração dada ao longo do exercício pelas Entidades Bancárias bem como pelos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Accionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto, 9 de Março de 2009

O Conselho de Administração

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Relatório sobre o Governo da Sociedade

O presente anexo contém uma breve descrição das práticas da IBERSOL SGPS, SA sobre o Governo da Sociedade (“Corporate Governance”) e foi elaborado para cumprimento do disposto no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 1/2007, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 5/2008, e Recomendação da CMVM de Setembro de 2007 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

Capítulo 0.

Declaração de Cumprimento

0.1 Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

A Sociedade segue o Código do Governo das Sociedades Cotadas da CMVM, designadamente através da aplicação do Regulamento da CMVM n.º 1/2007, que alterou o Regulamento da CMVM n.º 7/2001. Estes regulamentos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da CMVM na Internet, no endereço www.cmvm.pt.

0.2 Indicação discriminada das recomendações contidas no Código do Governo das Sociedades, adoptadas e não adoptadas.

Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

RECOMENDAÇÕES (Cód. Gov. Soc.)	CUMPRIMENTO	
I. Assembleia Geral		
I.1 Mesa da Assembleia Geral		
I.1.1 O Presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade	Cumprida	Ver Cap.I. ponto I.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Não Cumprida	Ver Cap. 0. ponto 03, I.1.2
I.2 Participação na Assembleia		

<p>I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.</p>	<p>Não Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, I.2.1</p>
<p>I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.</p>	<p>Não Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, I.2.2.</p>
<p>I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto</p>		
<p>I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.</p>	<p>Não Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 0.3, I.3.1</p>
<p>I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo I Ponto I.10</p>
<p>I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, I.3.3</p>
<p>I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES</p>		
<p>I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, I.4.1</p>
<p>I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS</p>		
<p>I.5.1 As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos Accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo I Ponto I.9</p>
<p>I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES</p>		
<p>I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo I Ponto I.13</p>
<p>I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a</p>	<p>Não aplicável</p>	

manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Cumprida

Ver Capítulo I, Ponto I.13.

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. TEMAS GERAIS

II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.

Cumprida

Ver Capítulo II Ponto II.3

II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.

Cumprida

Ver Capítulo II Ponto II.4

II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Não Cumprida

Ver Capítulo 0 Ponto 0.3, II.1.1.3

II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.

Cumprida

Ver Capítulo II Ponto II. 1 e II.9

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

Cumprida

Ver Capítulo II Ponto II.9

II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as

Cumprida

Ver Capítulo II Ponto II.12

competências adequadas ao exercício das respectivas funções.

II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

Cumprida

Ver Capítulo II
Ponto II.22

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.

Não Cumprida

Ver Capítulo 0
Ponto 03, II.1.4.2

II.1.5 REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto:

i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.

Não cumprida

Ver Capítulo 0
Ponto 03, II.1.5.1

II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.

Não cumprida

Ver Capítulo 0
Ponto 03, II.1.5.2

<p>II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de accionistas.</p>	<p>Não Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03,II.1.5.3</p>
<p>II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.</p>	<p>Não aplicável</p>	
<p>II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03,II.1.5.5</p>
<p>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>		
<p>II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.3</p>
<p>II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.3</p>

às suas características especiais.

II.2.3 Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.

Cumprida

Ver Capítulo II
Ponto II.3 e II.9

II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

Cumprida

Ver Capítulo II
Ponto II.6

II.2.5 O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.

Não aplicável

II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

Cumprida

Ver Capítulo II
Ponto II.3

II.3.2 O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Cumprida

Ver Capítulo II
Ponto II.3

II.3.3 O Presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Não aplicável

II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

<p>II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo.</p> <p>Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem -se:</p> <p>i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do Grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	<p>Não aplicável</p>	
<p>II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.12</p>
<p>II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.12</p>
<p>II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.12</p>
<p>II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.12</p>
<p>II.5. Comissões Especializadas</p>		
<p>II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i)</p>		

<p>assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas omissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	<p>Não aplicável</p>	
<p>II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.19</p>
<p>II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.3</p>
<p>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</p>		
<p>III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO</p>		
<p>III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo III Ponto III.12</p>
<p>III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:</p>		
<p>a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo III Ponto III.12</p>
<p>b) Estatutos;</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, III.1.3</p>
<p>c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, III.1.3</p>
<p>d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, III.1.3</p>
<p>e) Documentos de prestação de contas;</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, III.1.3</p>
<p>f) Calendário semestral de eventos societários;</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, III.1.3</p>
<p>g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;</p>	<p>Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03, III.1.3</p>
<p>h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo III Ponto III.12</p>

0.3. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

1.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.

A sociedade divulga o valor global das remunerações auferidas pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, conforme consta do Cap. I, ponto 1.3.

1.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.

Por disposição estatutária (artº 20º nºs 1 e 2), a sociedade prevê o prazo de oito dias para o depósito ou bloqueio das acções, sendo que irá submeter proposta à AG anual de 2009, no sentido de conformar tal prazo a um prazo não superior a 5 dias úteis.

1.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.

No silêncio dos estatutos da sociedade quanto a este ponto, a sociedade irá submeter proposta à AG anual de 2009, no sentido de se conformar tal período a um prazo não superior a 5 dias úteis.

1.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.

A sociedade cumpre com o disposto no artº 22º nº2 do CVM, no sentido de que esta disposição permite que, estatutariamente, se limite o voto por correspondência às alterações estatutárias e à eleição de titulares dos órgãos sociais. No entanto, irá submeter proposta à Assembleia Geral anual de 2009 no sentido de não prever qualquer restrição ao voto por correspondência.

1.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.

Os estatutos prevêem, a esta data, no seu artº 21º, que a cada grupo de 1000 acções corresponde um voto - o que consideramos uma previsão suficientemente abrangente e estimulante à participação accionista, sendo certo que não existe qualquer disposição estatutária que inviabilize o agrupamento de accionistas titulares de uma fracção de capital inferior a mil euros (cfr. artº 379º nºs 1,2, e 5 e 384º nº 2 al. a) do CSC.) No entanto, a sociedade irá submeter proposta à AG anual de 2009, no sentido de conformar estatutariamente o princípio recomendado: uma acção, um voto.

1.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.

Os estatutos da sociedade prevêem no seu artigo 23º que a Assembleia Geral poderá reunir e deliberar em primeira reunião desde que se encontrem presentes ou representados accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. Uma vez que o

art.º 383º n.º1 do CSC permite que o contrato fixe quórum constitutivo, a sociedade usa legitimamente dessa faculdade. Sendo, no entanto, a referida disposição legal menos restritiva que os estatutos, esta recomendação não se encontra cumprida.

II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

O Regulamento do Conselho Fiscal encontra-se publicado no sítio da Internet da sociedade. Esta dispõe de um Regulamento interno do seu Conselho de Administração que irá igualmente publicar no imediato.

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.

Esta política não se encontra formalizada, nem sistematizada em canais de comunicação formais, conforme se refere supra.

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto:

i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.

Esta Recomendação não é cumprida. A remuneração dos membros dos órgãos sociais é fixada por uma Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral. Os Administradores não auferem qualquer remuneração da sociedade ou das sociedades do Grupo. A sociedade accionista IES-Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA. prestou serviços de gestão ao Grupo, no montante de 719.603€.

II.1.5.2. A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.

A política de remuneração dos administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, pelo que a mesma irá submeter à AG anual de 2009 uma declaração sobre a política de

remunerações dos órgãos de Administração e Fiscalização, e demais dirigentes na acepção do nº 3 do artº 248º-B do CVM .

II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de accionistas.

A sociedade irá dar cumprimento a esta Recomendação na próxima AG anual de 2009.

II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.

Não cumprida quanto aos membros do Conselho de Administração da sociedade. A divulgação das remunerações dos membros do órgão de fiscalização e SROC , em termos globais será efectuada no Relatório e Contas de 2008 .

III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

Esta recomendação apenas não é cumprida nas alíneas b), c), d) e), f) e g). A recomendação passará a ser totalmente cumprida no ano de 2009, não sendo no entanto possível considerá-la formalmente cumprida no que toca ao exercício de 2008.

0.4. O órgão social ou a comissão em causa deve ajuizar em cada momento da independência de cada um dos seus membros e fundamentar aos accionistas, através de declaração incluída no relatório sobre o governo da sociedade, a sua apreciação, seja no momento da designação, seja quando se verifique circunstância superveniente que determine a perda da independência.

Não se verificou ao longo do ano de 2008 qualquer circunstância que tenha determinado a perda de independência relativamente ao membro não executivo independente do Conselho de Administração, aos membros do Conselho Fiscal, bem como aos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Capítulo I

Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente : Dr.^a Anabela Nogueira de Matos

Secretária: Dr.^a Maria Helena Moreira Araújo

A Empresa faculta à Presidente da Mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos adequados às suas necessidades através dos serviços de apoio do Secretário da Sociedade e do

Gabinete Jurídico, que engloba três colaboradores, considerando-se este apoio adequado à dimensão e situação económica da Sociedade.

O Gabinete de Relações com Investidores presta também apoio por ocasião da realização das Assembleias Gerais, respondendo aos pedidos de esclarecimento dos accionistas e organizando a credenciação da participação nas Assembleias Gerais, em interligação com o Secretário da Sociedade e com a Mesa da Assembleia Geral.

I.2. Data de início e termo dos respectivos mandatos: 2005 - 2008

I.3. Remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral.

Durante o ano de 2008, a remuneração auferida pelos membros da Mesa da Assembleia Geral foi de 2.335€

I.4. Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral.

Os estatutos da sociedade exigem, à presente data, no seu artº 20º nºs 1 e 2, que os accionistas comprovem à sociedade a titularidade e depósito das acções até oito dias antes da data de realização da assembleia geral anual.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Actualmente e no silêncio dos estatutos da sociedade quanto a este ponto, é entendimento da Presidente da Mesa da Assembleia Geral que, em caso de suspensão da reunião, a Sociedade não deve obrigar ao bloqueio das acções durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na 1ª convocatória.

I.6. Número de acções a que corresponde um voto.

Corresponde um voto a cada 1.000 acções da sociedade.

I.7. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De acordo com o artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social.

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência nos artºs 22º nºs 3 a 10, estando limitado o voto por correspondência às matérias de alteração do contrato de sociedade e à eleição dos órgãos sociais, constando na Convocatória da Assembleia Geral os procedimentos necessários para exercer esse direito.

I.9. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

A sociedade irá disponibilizar um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo estará disponível no sítio da sociedade na Internet, www.ibersol.pt.

Estão também disponíveis aos accionistas no sítio da Internet da Sociedade as actas das reuniões da Assembleia Geral, assim como uma estatística simples referente ao número de presenças, ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas nos últimos 5 anos.

I.10. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias antes da data de realização da Assembleia Geral.

I.11. Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não é ainda exequível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Anota-se que até esta data a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

I.12. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.

A política de remunerações dos órgãos sociais é da responsabilidade da Comissão de Vencimentos, que a irá submeter, no ano de 2009, à aprovação na Assembleia Geral de Accionistas.

Da ordem de trabalhos da Assembleia Geral anual tem vindo a constar um ponto destinado à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade, em cumprimento do disposto no artº 376º nº 1 al.c) do CSC.

I.13. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem no seio da Sociedade medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.14. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Existem no seio da Sociedade Contratos de Franquia relativos à concessão de exploração, sob Licença, de Marcas Internacionais de Restauração, em que a Ibersol, SGPS, SA. figura como parte acessória garante do respectivo cumprimento, sendo sociedades suas participadas as

partes principais nos mesmos contratos. Neles são estabelecidas algumas limitações à mudança de controlo nas participadas da Ibersol, SGPS, SA., bem como nas sociedades com posição de domínio na Ibersol, SGPS, SA. Tais limitações, sujeitas a necessárias condições de razoabilidade e equilíbrio contratual, consistem essencialmente no dever de comunicação prévia e/ou de aprovação, por parte desses Franqueadores, bem como à prevenção de concorrência no ramo de exploração das referidas marcas de restauração.

I.15. Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Capítulo II

Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade:

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice - Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero;

Comissão Executiva:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

Pricewaterhousecoopers & Associados – SROC, LDA.;

Representada por Dr. José Pereira Alves (Roc);

Secretário da Sociedade:

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós;

Secretária Suplente – Dr.ª Maria Helena Moreira de Araújo;

II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Comissão de Vencimentos:

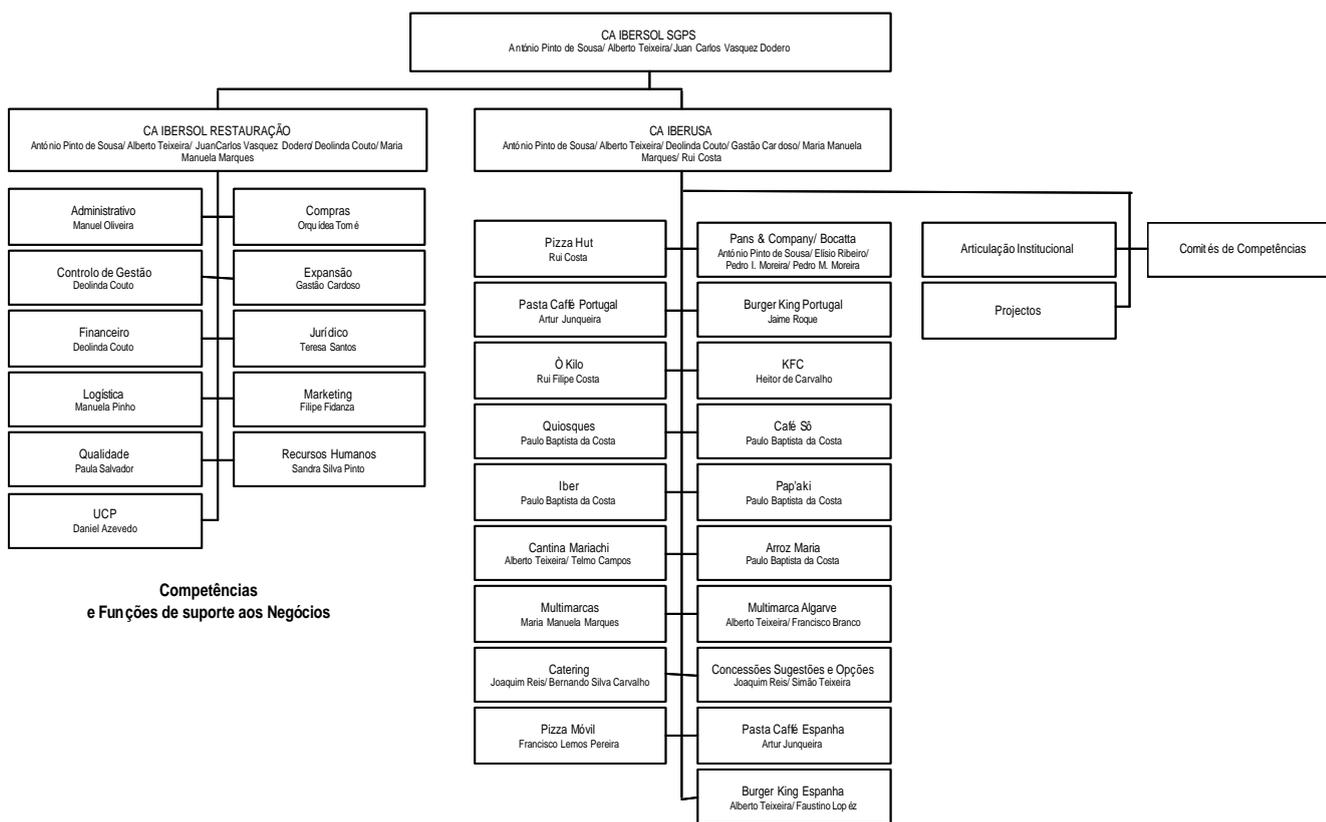
Dr. Vítor Pratas Sevilhano;

Dr. Amândio Mendonça da Fonseca;

Don Alfonso Munk Pacin;

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis.

Organograma da Sociedade



Órgão de Administração

A Ibersol, SGPS, SA. tem um Conselho de Administração composto por três membros, um Presidente, um Vice- Presidente e um Vogal.

Dois dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artº 8º nº 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios acima mencionados, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são designadamente os seguintes:

- a) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artº 407º nº 4 do CSC;
- b) desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- c) Competir-lhe-á assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

Avaliação do Órgão de Administração sobre o modelo de governo adoptado

O Conselho de Administração declara que o modelo de Governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. O Conselho de Administração tem uma Comissão Executiva composta por dois membros que reúne semanalmente e aprecia as diversas matérias relacionadas com a gestão da sociedade, havendo reuniões regulares com o membro não executivo, circulando informação detalhada sobre os aspectos relevantes da Sociedade entre os membros executivos e o membro não executivo do Conselho.

O Conselho de Administração não tem comissões de apoio especializadas.

Não tem havido da parte de nenhum órgão social qualquer tipo de constrangimento ou reparo ao funcionamento do modelo do Governo da Sociedade dado o rigor e a frequência com que as informações são prestadas.

São elaboradas actas da Comissão Executiva e da Comissão de Vencimentos.

II.4. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira

A gestão de risco que é uma das componentes da cultura da sociedade e está presente em todos os processos e é responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do *portfólio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

Por forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais, destacando-se:

Qualidade e Segurança Alimentar

No negócio da Restauração o risco associado à Higiene e Segurança Alimentar assume primordial importância.

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principais vertentes uma actuação responsável e próactiva, segundo os princípios da prevenção, formação, seguimento de indicadores e a procura da melhoria contínua por forma a minimizar os riscos alimentares com impactos na saúde dos consumidores.

As principais dimensões de gestão desta área de risco são:

- Qualificação e Selecção dos Fornecedores e Produtos na área da qualidade/segurança alimentar e o Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores/Produtos e Serviços;
- garantia da eficácia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- controlo do Processo Produtivo nas unidades através de Sistemas de HACCP;
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;
- Manutenção e Monitorização dos dispositivos de medição;
- Sistema de Gestão de Crises Alimentares, que permite a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes e a actuação imediata quando necessário;
- Sistema de Melhoria Contínua, suportado, entre outros instrumentos, por Programa de Auditorias Externas, em todas as unidades do Grupo; Programa de análises microbiológicas dos produtos finais realizado, por amostragem por entidade externa acreditada, Sistema de Tratamento de Reclamações, Programa de Cliente Mistério e Programa de Auditorias Internas no âmbito dos indicadores relacionados com a Segurança Alimentar.
- Programa Viva Bem, através do qual o Grupo informa os consumidores sobre o seu sistema de Segurança Alimentar, bem como a oportunidade de terem hábitos alimentares saudáveis, garantindo-lhes de uma forma transparente, a informação necessária para fazerem as escolhas mais correctas.

Segurança e Higiene no Trabalho

A coordenação do processo de gestão desta área de risco está a cargo da Direcção de Recursos Humanos que coordena os Planos de Formação e monitoriza a aplicação das normas e procedimentos definidos no Manual de SHT em vigor na Ibersol.

Financeiros

A gestão de risco na área financeira é conduzida pela Direcção Financeira, centrando-se no seguimento da volatilidade dos mercados financeiros, especialmente taxa de juro. As principais fontes de exposição a risco são:

a) Risco de taxa de Juro

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

Nos últimos anos o Grupo só numa pequena parte dos seus financiamentos tem considerado a hipótese de cobertura de risco à variação da taxa de juro. Tem uma operação de Swap sobre 9 milhões de euros em Espanha e o empréstimo de médio e longo prazo em que procedeu à fixação de taxa de juro terminou em Setembro de 2008. Consequentemente, a restante dívida remunerada vence juros a taxa variável.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é feito com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, logo o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

c) Risco de liquidez

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e

expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

Ambientais

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principal vertente a implementação da política decorrente dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, para que os processos e procedimentos, de forma transversal aos níveis hierárquicos, sejam aplicados no âmbito do ambiente.

Os procedimentos vertidos para o Manual de Standards Ibersol no que respeita a esta área focam principalmente a utilização racional de electricidade e a reciclagem de óleos usados.

Contingência

A imprevisibilidade de evolução dos mercados financeiros poderá acarretar aumento dos custos de financiamento e dificuldades de acesso ao crédito, embora seja nossa convicção de que a sociedade ultrapassará essas dificuldades.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

II.5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

Os poderes do órgão de administração são os atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais e aqueles que constam dos artigos 4º nº 2, 8º, 11º e 12º, dos Estatutos da Sociedade.

No que respeita a deliberações de aumento de capital, o contrato da sociedade no seu artº 4º nº 2 autoriza o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital até ao limite de cem milhões de euros.

II.6. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

Tal como é referido no capítulo 0, relativamente ao não cumprimento da recomendação II.1.1.3, o Regulamento do Conselho Fiscal encontra-se publicado no sítio da Internet da Sociedade. Esta

dispõe de um Regulamento interno do seu Conselho de Administração que irá igualmente publicar.

Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos Administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que os Administradores da sociedade – com excepção do Administrador não executivo - exercem apenas funções executivas nas sociedades que integram o Grupo.

O membro não executivo presta especial apoio à função Controle de Gestão e ao desenvolvimento dos Quadros que integram este Departamento.

II.7. Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

As regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização são as previstas no Código das Sociedades Comerciais, não havendo disposições estatutárias específicas sobre esta matéria na Sociedade.

II.8. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa.

Ainda de acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos seus membros o convoquem, devendo as deliberações tomadas constar das respectivas actas. O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos. Ao longo do exercício de 2008, o Conselho de Administração reuniu-se por nove vezes e o Conselho Fiscal reuniu por quatro vezes.

II.9. Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo independente, não estando associado a grupos de interesses específicos, quer da Sociedade, quer dos seus accionistas de referência, não tendo interesses relevantes susceptíveis de colidir ou interferir com o livre exercício do seu mandato social, mais se referindo que não foi constituída qualquer

comissão de controlo interno. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do CSC, cumprindo os demais requisitos de independência do artº 414 nº 5 do CSC. Quanto à verificação dos requisitos de incompatibilidade, o mesmo Administrador não executivo cumpre tais regras, com excepção da alínea c) do nº 1 do artº 414º-A do CSC.

Concluindo, e embora a estrutura de administração da Sociedade não seja governada por comissão de auditoria integrante do seu Conselho de Administração (daí não se impor a esta a exigência legal contida no artº 423º-B do CSC, designadamente nos seus números 4 e 5), resulta cumprido, segundo o entendemos, o requisito do ponto II.1.2.2 do Código de Governo das Sociedades.

Quanto aos mecanismos de coordenação dos trabalhos do membro não executivo do Conselho de Administração com o Presidente do Conselho de Administração com funções executivas, estes são meios de informação permanente e directa, não havendo quaisquer constrangimentos que impeçam decisões independentes e informadas.

II.10. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

e

II.11. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Todos os membros do Conselho de Administração exercem funções em órgãos de administração de outras sociedades, conforme se especifica:

Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

Formação académica

- Licenciado em Economia – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Actividade profissional

- Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA

- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1997 / 2008;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA
CHARLOTTE DEVELOPS, SL
FIRMOVEN - Restauração, SA
IBERAKI - Restauração, SA
IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA
IBERKING - Restauração, SA
IBERSANDE - Restauração, SA
IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA
IBERSOL - Restauração, SA
IBERSOL MADEIRA - Restauração, SA
IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA
IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE
INVERPENINSULAR, SL
MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA
PASTA CAFFE, SLU
VIDISCO, Pasta Caffé Union Temporal de Empresas
VIDISCO, SL
LURCA, SA
IBR – Imobiliária, SA
QRM – Projectos Turísticos, SA
RESTOH – Restauração e Catering, SA.

GERENTE

FERRO & FERRO, Lda.
PIZZALITOS Restaurantes, Lda.
RESTMON (Portugal) – Gestão e Exploração de Franquias, Lda.
BILCAS – Actividades Hoteleiras, Lda

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo

Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA
MATEIXA Soc. Imobiliária, SA

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

1400 (mil e quatrocentas) acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA
5.676 (cinco mil, seiscentas e setenta e seis) acções representativas do capital da ATPS, SGPS,
SA (50% do capital social)

A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2008, é detentora de 425.182 (quatrocentas e vinte e cinco mil, cento e oitenta e duas) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA, e de 2.455.000 (dois milhões e quatrocentas e cinquenta e cinco mil) acções representativas do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA, representado por 2.455.000 acções.

A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2008, é detentora de 9.998.000 (nove milhões, novecentas e noventa e oito mil) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Formação académica

- Licenciado em Direito - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- CEOG – Curso de Gestão – Universidade Católica do Porto

Actividade profissional

- Membro do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1991 / 2008;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBERKING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA, RESTAURAÇÃO, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

INVERPENINSULAR, SL

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

PASTA CAFFE, SLU

VIDISCO, Pasta Caffé Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

LURCA, SA

IBR – Imobiliária, SA

QRM – Projectos Turísticos, SA

RESTOH – Restauração e Catering, SA.

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA

GERENTE

FERRO & FERRO, Lda.

PIZZALITOS Restaurantes, Lda.

RESTMON (Portugal) - Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

BILCAS – Actividades Hoteleiras, Lda

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

POLIATLANTICA, SA

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

1400 (mil e quatrocentas) acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA

5.676 (cinco mil, seiscentas e setenta e seis) acções representativas do capital da ATPS, SGPS, SA (50% do capital social)

A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2008, é detentora de 425.182 (quatrocentas e vinte e cinco mil, cento e oitenta e duas) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA, e de 2.455.000 (dois milhões e quatrocentas e cinquenta e cinco mil) acções representativas do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA, representado por 2.455.000 acções.

A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2008, é detentora de 9.998.000 (nove milhões, novecentas e noventa e oito mil) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Formação académica

- Licenciado em Direito – Universidad Complutense de Madrid
- Licenciado em Ciências Empresariales – I.C.A.D.E. Madrid
- Mestre em Economia y Dirección de Empresas – I.E.S.E. Universidade de Navarra

- Doutorado em Negócios y Dirección - I.E.S.E. Universidade de Navarra
- Programas “Managing Corporate Control and Planning” e “Strategic Cost Management” – Harvard University

Actividade profissional

- Professor Ordinário do IESE
- Assessor e consultor em várias empresas Europeias e Americanas
- Membro do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 1999 / 2008

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Restauração, SA

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

EMAGISTER, SL. (Portal de Internet)

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

II.12. Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência estabelecidos no artº 414 nº 5 do CSC e de inexistência das incompatibilidades previstas no artº 414-A, nº 1 do CSC.

O Relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo conselho fiscal é objecto de divulgação em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da Internet da sociedade.

II.13. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

e

II.14. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Presidente – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira:

Formação académica

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Pós- Graduação em Estudos Europeus pela FAc. Direito da UN de Coimbra;
- Curso de Finanças para não Financeiros pela EGP;

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Directora de Assessoria Legal da “ Sonae – SGPS, SA.”;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2008.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva:

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1970);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Docência Universitária;
- Consultoria Fiscal;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2008 / 2008.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso:

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1966);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- “ Sonae Indústria – PCDM, SA.” na qualidade de Director;

- Pensionista desde 25/10/2005 ;

- Administrador da “ Laminar – Indústria de Madeiras e Derivados, SA.” desde 29/11/2002;

- Sócio (não gerente) a 50% da Sociedade por Quotas “ Borda Cardoso – Assessoria de Negócios, Lda. “ desde 2/12/2005;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2008.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos:

Formação académica

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da UN de Coimbra (1978);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Exercício da Advocacia em regime liberal na Comarca do Porto;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2008.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

II.15. Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, discriminando-se, os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

- Não aplicável

II.16. Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por

si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

- Não aplicável

II.17. Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Não aplicável

II.18. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

A política de remuneração dos Administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, que a irá submeter à aprovação dos Accionistas da Sociedade na Assembleia Geral Anual de 2009.

Os princípios gerais da política de remunerações dos Órgãos de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

a) Funções desempenhadas

Relativamente às funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais mencionados, no sentido de tomar em consideração a natureza e a actividade efectivamente exercida, bem como as responsabilidades que lhes estão cometidas. Não estarão, no sentido orgânico-funcional, na mesma posição e por igual todos os membros do conselho fiscal ou da mesa da assembleia geral, bem como a sociedade revisora. A ponderação destas funções deve observar critérios diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo despendido, ou o valor que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

b) A situação económica da sociedade.

Também este critério será fonte de interpretação. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade funcional, em termos relativos, será um dos aspectos em relevo.

II.19. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Dr. Vítor Pratas Sevilhano;

Dr. Amândio Mendonça da Fonseca;

Don Alfonso Munk Pacin;

Nenhum membro desta Comissão é membro do órgão de administração da Sociedade, assim como nenhum dos seus conjugues, parentes e afins em linha recta até ao 3º grau, inclusive.

II.20. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração. Esta indicação deve incluir o seguinte:

a) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca do eventual diferimento do pagamento da componente variável;

- Não aplicável .

b) Distinção da importância devida aos administradores executivos em relação à devida aos não executivos;

- Não aplicável .

c) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia qualquer direito a acções, a opções sobre acções ou a componentes variáveis da remuneração;

- Não aplicável .

d) Informação suficiente sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho;

- Não aplicável .

e) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

- Não aplicável .

f) Atribuição de acções e ou direitos de adquirir opções sobre acções e ou a qualquer outro sistema de incentivos com acções;

- Não aplicável .

g) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

- Não aplicável .

h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex -administradores executivos relativas à cessação de funções durante o exercício.

i) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

j) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores;

- Não aplicável .

l) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não há benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração, atribuídos a nenhum dos administradores.

II.21. Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

Não se encontram estabelecidas ou fixadas quaisquer indemnizações para o caso de os actuais administradores cessarem as suas funções no decurso dos seus mandatos.

II.22. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

Conforme consta do Regulamento do Conselho Fiscal divulgado no sitio da sociedade, este órgão “ regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme for adequado, as necessárias diligências junto da administração e da auditoria e sobre as mesmas elabora o seu relatório”.

Capítulo III

Informação

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social da Ibersol, SGPS, SA. é representado por 20.000.000 de acções ordinárias, cada uma com o valor nominal de 1 euro, sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as acções.

O capital é composto por um total de 20.000.000 de acções, sob a forma de representação escritural, correspondentes a igual valor nominal total em euros, encontrando-se todas admitidas à negociação na *Euronext Lisbon* com o código PTIBS0AE0008.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

As participações qualificadas a 31/12/2008 são as que se apresentam no quadro seguinte.

Accionista	nº acções	% capital social	% capital com direitos não suspensos
ATPS - SGPS, S.A.			
Directamente	425,182	2.13%	2.36%
I.E.S.-Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS,S.A.	9,998,000	49.99%	55.54%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1,400	0.01%	0.01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1,400	0.01%	0.01%
Total participação detida / imputável	10,425,982	52.13%	57.92%
Banco BPI, S.A.			
Fundo Pensões Banco BPI	400,000	2.00%	2.22%
BPI Gestão Activos - Soc. Gestora Fundos Investimento Mobiliário, S.A.	405,649	2.03%	2.25%
Total participação detida / imputável	805,649	4.03%	4.48%
Fundos Investimento Millennium BCP			
Millennium Acções Portugal	369,678	1.85%	2.05%
Millennium PPA	268,113	1.34%	1.49%
Millennium Poupança PPR	54,000	0.27%	0.30%
Millennium Aforro PPR	20,000	0.10%	0.11%
Millennium Investimento PPR Accções	18,000	0.09%	0.10%
Total participação detida / imputável	729,791	3.65%	4.05%
Santander Asset Management SGFIM, SA			
Santander Acções Portugal	490,748	2.45%	2.73%
Santander PPA	107,159	0.54%	0.60%
Total participação detida / imputável	597,907	2.99%	3.32%
Kabouter Management LLC			
Kabouter Fund II	370,000	1.85%	2.06%
Talon International	32,000	0.16%	0.18%
Total participação detida / imputável	402,000	2.01%	2.23%
Bestinver Gestion			
BESTINVER BOLSA, F.I.	998,289	4.99%	5.55%
BESTINFOND F.I.	503,417	2.52%	2.80%
BESTINVER HEDGE VALUE FUND FIL	333,864	1.67%	1.85%
BESTINVER MIXTO, F.I.	220,533	1.10%	1.23%
SOIXA SICAV	125,520	0.63%	0.70%
BESTINVER RENTA, F.I.	101,178	0.51%	0.56%
BESTINVER BESTVALUE SICAV	82,254	0.41%	0.46%
TEXRENTA INVERSIONES SICAV	25,008	0.13%	0.14%
LOUPRI INVERSIONES	6,589	0.03%	0.04%
DIVALSA DE INVERSIONES SICAV, SA	4,308	0.02%	0.02%
ACCIONES,CUP.Y OBLI.SEGOVIANAS	3,296	0.02%	0.02%
LINKER INVERSIONES, SICAV, SA	2,426	0.01%	0.01%
JORICK INVESTMENT	1,156	0.01%	0.01%
Total participação detida / imputável	2,407,838	12.04%	13.38%

Em 31/12/2008, a Ibersol, SGPS, SA. era detentora de 2 000 000 acções próprias, correspondentes a 10% do capital.

Durante o exercício a sociedade adquiriu 5.657 acções através das seguintes transacções:

Data	nº acções	valor (€)	preço médio (€)	Motivo
19-03-2008	2358	14148	6.00	Reforço de carteira
01-09-2008	400	2948	7.37	Reforço de carteira
30-09-2008	1750	10645	6.08	Reforço de carteira
10-10-2008	1119	5091	4.55	Reforço de carteira

III.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não há na Ibersol, SGPS, SA nenhum accionista ou categoria de accionistas que sejam titulares de direitos especiais.

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. restrições de qualquer natureza à transmissibilidade ou titularidade das acções.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial que possa conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos. Será aplicável o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. quaisquer mecanismos de participação dos trabalhadores no seu capital.

III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente:

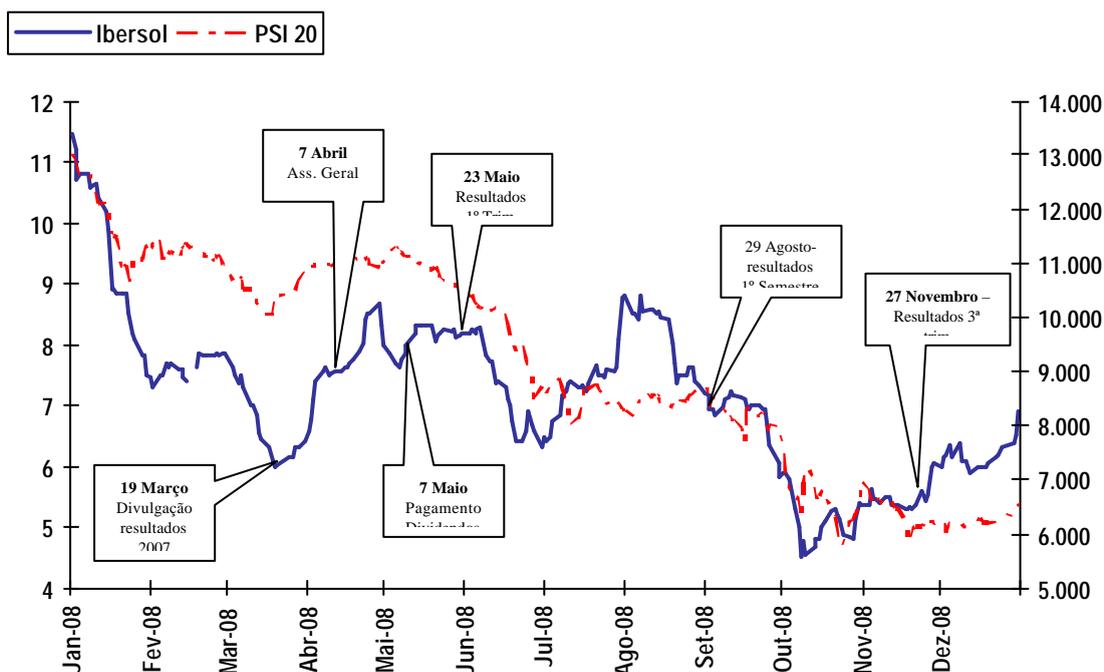
- a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
- b) O anúncio de resultados;
- c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

As acções da Ibersol, SGPS, SA. registaram no ano de 2008 uma desvalorização de -39,7%, face a uma queda do PSI20 superior a 50%. O valor máximo de 11,45€ por acção foi atingido no dia 2 de Janeiro e o valor mínimo de 4,13€ por acção foi atingido no dia 10 de Outubro. O maior número de acções transaccionadas numa sessão ocorreu no dia 20 de Junho e foram negociadas 382.840 acções.

Durante o ano transaccionaram-se 5,9 milhões de acções da Ibersol, correspondendo a um valor de 4,2 milhões de euros. O volume médio foi de 23.320 acções por dia e o preço médio de 7,07 € por acção.

A capitalização bolsista no dia 31 de Dezembro de 2008 era de 138 milhões de euros.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução da cotação das acções da sociedade, identificando os factos mais relevantes ocorridos ao longo do ano:



Durante o ano de 2008 não houve lugar a emissão de acções ou de outros valores mobiliários. Os dividendos relativos ao exercício de 2007 estiveram a pagamento a partir do dia 7 de Maio e o sido pago um valor bruto de 0,055€ por acção, o que em termos líquidos representou um valor de 0,044€ por acção.

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A política de dividendos é da competência do Conselho de Administração e depende de vários factores, incluindo os resultados da Ibersol, planos de investimento, necessidades de financiamento e as perspectivas de evolução do negócio. A não ocorrerem circunstâncias anormais manter-se à a política de anos anteriores.

O histórico de dividendos dos últimos três anos foi o seguinte:

ANO de distribuição	2006	2007	2008
Dividendo por acção (euros)	0.055	0.055	0.055
Dividendos Distribuídos (milhares de euros)	1013.63	1003.10	990.18
Dividend Yield (%)	0.7%	0.5%	0.8%
Pay out ratio	11.1%	9.2%	9.6%

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

- a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;
- b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano;

c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não existem negócios ou operações significativos em termos económicos para qualquer das partes intervenientes.

III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a :

- a) funções do gabinete;**
- b) tipo de informação disponibilizada pelo gabinete;**
- c) vias de acesso ao gabinete;**
- d) sítio da sociedade na internet;**
- e) Identificação do representante para as relações com o mercado;**

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais em geral dos factos relevantes da sua vida de uma forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo reiterado ao longo do tempo esse compromisso com o mercado e confirmado a sua prática persistente ao longo dos anos.

Essa divulgação é efectuada através da publicação, na página da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (www.cmvvm.pt), e na da sociedade na Internet (www.ibersol.pt) e adicionalmente no meio electrónico de divulgação de informação disponibilizado pela entidade gestora de mercado.

No sítio da sociedade, poderão ser encontrados os comunicados emitidos, a apresentação institucional, os relatórios e contas e a comunicação de resultados. A informação relativa aos relatórios e contas e aos resultados é actualizada numa base trimestral.

Como forma de permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores a página inclui, ainda, um capítulo dedicado aos Investidores, que contém:

- A identificação do responsável pelas relações com os investidores bem como o endereço para o seu contacto;
- Relatórios e Contas Consolidadas Anuais, Semestrais e Trimestrais, dos últimos dois anos;
- A convocatória da Assembleia Geral Anual;
- As propostas a apresentar na Assembleia Geral Anual.

O contacto com o Gabinete, está disponibilizado através do Representante para o mercado de capitais, António Carlos Vaz Pinto de Sousa (Telefone: +351 22 6089708; Telefax: +351 22 6089757; E-mail: psousa@ibersol.pt, Morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º andar, 4150–146 Porto.

A Ibersol SGPS. relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo-lhes informação actualizada. Adicionalmente, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da vida da sociedade por esta já divulgados no formato imposto por lei, sempre que lhe sejam solicitados.

Os documentos de prestação de contas anuais, semestrais e trimestrais bem como as actualizações semestrais das apresentações institucionais são enviadas por e-mail para todos os accionistas, investidores, analistas, entidades financeiras e jornalistas que, comprovada a sua qualidade, os tenham solicitado ou façam parte da mailing list.

A sociedade considera que desta forma assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

No âmbito da informação veiculada para o mercado foram publicados, durante o ano de 2008, os seguintes comunicados:

Informação Privilegiada

19 de Março de 2008	Apresentação de Resultados do exercício de 2007
8 de Abril de 2008	Informação Aprovação Contas pela AG
14 de Abril de 2008	Calendário Financeiro para 2008
20 de Maio de 2008	Resultados do 1º Trimestre 2008
17 de Novembro de 2008	Resultados do 3º Trimestre 2008

Prestação de Contas

20 de Março de 2008	Relatório e contas Individuais e Consolidadas de 2007 a aprovar em A..G.
17 de Abril de 2008	Extracto da acta da A.G. a aprovar Relatório e Contas de 2007
23 de Maio de 2008	Informação trimestral – 1º Trimestre de 2008
29 de Agosto de 2008	Relatório e Contas Individual. e Consolidadas 1º Semestre 2008
27 de Novembro de 2008	Informação trimestral – 3º Trimestre 2008

Informação sobre o Governo das Sociedades

24 de Março de 2008	Relatório Governo da Sociedade - exercício 2007
---------------------	---

Titulares dos Órgãos Sociais

17 de Abril de 2008	Eleição do Vice-Presidente do Conselho Fiscal
14 de Julho de 2008	Alteração do representante do ROC

Dividendos

14 de Abril de 2008	Pagamento de dividendos referentes ao ano de 2007
---------------------	---

Participações Qualificadas

10 de Janeiro de 2008	Redução participação do Banco BPI e Aquisição de participação do Fundo de Pensões do BPI.
19 de Março de 2008	Redução participação da CaixaGest
20 de Junho de 2008	Redução participação Santander
4 de Junho de 2008	Aumento da participação da Bestinver
29 de Julho de 2008	Participação qualificada Caixagest
25 de Agosto de 2008	Participação qualificada Kabouter
3 de Outubro de 2008	Perda de participação qualificada Caixagest
2 de Dezembro de 2008	Aumento da participação do Millennium
3 de Dezembro de 2008	Aumento da participação do Millennium
5 de Dezembro de 2008	Redução da participação do Millennium
24 de Dezembro de 2008	Redução da participação do Millennium

Transacção de acções Próprias

17 de Abril de 2008	Deliberação da AG a autorizar aquisição de acções próprias
10 de Outubro de 2008	Aquisição de acções próprias e limite de 10%

Convocatórias

7 de Março de 2008	Assembleia Geral Anual
--------------------	------------------------

Síntese Anual da Informação Divulgada

8 de Abril de 2008	Síntese de Informação de 2007
--------------------	-------------------------------

III.13. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

- a) serviços de revisão legal de contas;
- b) outros serviços de garantias de fiabilidade;
- c) serviços de consultoria fiscal;
- d) outros serviços que não de revisão legal de contas;

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor;

O auditor da sociedade é a PriceWaterhouseCoopers, que em 2008 facturou à sociedade e às suas filiais e associadas incluídas no perímetro de consolidação o valor total de:253.959 euros, sendo:

Serviços de Auditoria e certificação legal	168.946 €	(66%)
Serviços de consultoria e formação na área contabilística.	50.013 €	(20%)
Serviços consultoria área Fiscal	35.000 €	(14%)

Os serviços de consultoria fiscal são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria pelo que consideramos estar dessa forma assegurada a independência do auditor.

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas em relação ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou a prestação de serviços que não de auditoria de modo a assegurar-se de que não existiam situações de conflitos de interesse.

Porto, 9 de Março de 2009

O Conselho de Administração

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2008

Índice às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota	Página	Nota	Página
Balanços Consolidados a 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007	3	5 Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e outras	21
Demonstrações Consolidadas dos Resultados 1º Semestre	4	6 Informação por segmentos	24
Demonstrações Consolidadas dos Resultados do 2º Trimestre	5	7 Factos não usuais e não recorrentes	25
Demonstrações das alterações no capital próprio consolidado	6	8 Activos fixos tangíveis	25
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	7	9 Activos intangíveis	27
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	8	10 Investimentos financeiros	29
1 Nota introdutória	8	11 Outros activos não correntes	29
2 Principais políticas contabilísticas:		12 Existências	30
2.1 Base de preparação	8	13 Caixa e equivalentes de caixa	30
2.2 Consolidação	8	14 Outros activos correntes	31
2.3 Relato por segmentos	9	15 Capital próprio	32
2.4 Conversão cambial	10	16 Empréstimos	33
2.5 Activos Fixos Tangíveis	10	17 Impostos diferidos	34
2.6 Activos Intangíveis	11	18 Provisões para riscos e encargos	35
2.7 Imparidade de activos	12	19 Outros passivos não correntes	36
2.8 Investimentos Financeiros	13	20 Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	37
2.9 Existências	14	21 Outros passivos correntes	37
2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores	14	22 Fornecimento e serviços externos	38
2.11 Caixa e equivalentes de caixa	15	23 Custos com pessoal	38
2.12 Capital social	15	24 Outros proveitos e custos operacionais	39
2.13 Empréstimos Obtidos	15	25 Custo de financiamento líquido	40
2.14 Impostos Diferidos	15	26 Impostos sobre o rendimento	40
2.15 Provisões	16	27 Resultado por acção	41
2.16 Reconhecimento do Rêdito	16	28 Activos e passivos financeiros	41
2.17 Locações	16	29 Dividendos	42
2.18 Distribuição de dividendos	17	30 Fluxos de caixa decorrentes das operações	42
2.19 Resultado por acção	17	31 Contingências	42
2.20 Instrumentos financeiros derivados	17	32 Compromissos	43
3 Gestão do risco financeiro	18	33 Empreendimentos conjuntos	43
4 Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos	21	34 Transacções com partes relacionadas	44
		35 Normas IFRS já emitidas ou revistas e de aplicação futura	44
		36 Eventos subsequentes	44
		37 Aprovação das demonstrações financeiras	44

Demonstrações Financeiras e Anexos

IBERSOL S.G.P.S., S.A. BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (valores em euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 8	118.483.939	113.757.719
Diferenças de consolidação	2.6 e 9	44.246.954	44.293.117
Activos Intangíveis	2.6 e 9	18.561.657	19.841.435
Impostos diferidos activos	2.14 e 17	1.066.159	1.641.494
Investimentos financeiros	2.8 e 10	436.085	436.085
Outros activos não correntes	2.10 e 11	1.060.114	749.072
Total de activos não correntes		183.854.908	180.718.922
Corrente			
Existências	2.9 e 12	4.127.633	4.076.723
Caixa e equivalentes de caixa	2.11 e 13	7.332.731	12.691.939
Outros activos correntes	2.10 e 14	17.165.705	10.656.387
Total de activos correntes		28.626.069	27.425.049
Total do Activo		212.480.977	208.143.971
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	2.12 e 15	20.000.000	20.000.000
Ações próprias	2.12 e 15	-11.179.644	-11.146.811
Diferenças de consolidação		156.296	156.296
Reservas e resultados transitados	15	55.268.517	43.301.587
Resultado líquido do exercício		13.688.813	12.790.269
		77.933.982	65.101.341
Interesses minoritários	15	4.997.029	4.642.194
Total do Capital Próprio		82.931.011	69.743.535
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	26.954.396	39.082.537
Impostos diferidos passivos	2.14 e 17	9.291.754	8.161.608
Provisões para outros riscos e encargos	2.15 e 18	346.419	183.549
Outros passivos não correntes	19	4.529.067	5.532.445
Total de passivos não correntes		41.121.636	52.960.139
Corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	38.969.827	31.820.862
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	20	34.091.424	40.792.661
Outros passivos correntes	21	15.367.078	12.826.774
Total de passivos correntes		88.428.329	85.440.297
Total do Passivo		129.549.966	138.400.436
Total do Capital Próprio e Passivo		212.480.977	208.143.971

O Conselho de Administração,

Demonstrações Financeiras e Anexos

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(valores em euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Proveitos operacionais			
Vendas	2.16 e 6	212.165.691	200.633.115
Prestações de serviços	2.16 e 6	2.390.557	2.748.604
Outros proveitos operacionais	24	<u>3.516.247</u>	<u>2.654.476</u>
Total de proveitos operacionais		<u>218.072.495</u>	<u>206.036.195</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		47.113.091	45.240.240 *
Fornecimentos e serviços externos	22	66.767.927	63.831.696 *
Custos com o pessoal	23	67.283.375	62.761.789
Amortizações e depreciações e perdas por imparidade	8 e 9	11.254.938	10.283.472
Provisões		69.794	125.122
Outros custos operacionais	24	<u>1.957.432</u>	<u>1.838.067</u>
Total de custos operacionais		<u>194.446.557</u>	<u>184.080.386</u>
Resultados Operacionais		<u>23.625.938</u>	<u>21.955.809</u>
Custo de Financiamento líquido	25	<u>-4.157.899</u>	<u>-3.838.281</u>
Resultado antes de impostos		<u>19.468.039</u>	<u>18.117.528</u>
Imposto sobre o rendimento	26	<u>5.254.221</u>	<u>4.853.878</u>
Resultado depois de impostos		<u>14.213.818</u>	<u>13.263.650</u>
Resultado consolidado do exercício		<u>14.213.818</u>	<u>13.263.650</u>
Atribuível a:			
Accionistas		13.688.813	12.790.269
Interesses minoritários		525.005	473.379
Resultados por acção			
Básico	27	<u>0,76</u>	<u>0,70</u>
Diluído		<u>0,76</u>	<u>0,70</u>

O Conselho de Administração,

* Efectuada reexpressão dos valores destas duas rubricas, reclassificando 2.181.440 euros de custo das vendas para FSE's.

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PARA O QUARTO TRIMESTRE DOS ANOS de 2008 E 2007
(valores em euros)

		4º TRIMESTRE	
		2008	2007
Proveitos operacionais			
	Vendas e Prestações de serviços	55.133.933	54.884.842
	Outros proveitos operacionais	<u>1.284.925</u>	<u>981.415</u>
	Total de proveitos operacionais	<u>56.418.858</u>	<u>55.866.257</u>
Custos Operacionais			
	Custo das vendas	11.682.326	12.267.427 *
	Fornecimentos e serviços externos	22 17.646.570	17.951.794 *
	Custos com o pessoal	23 17.247.530	16.886.174
	Amortizações e depreciações, provisões e perdas por imparidade	3.686.260	3.332.058
	Outros custos operacionais	24 <u>925.410</u>	<u>393.311</u>
	Total de custos operacionais	<u>51.188.096</u>	<u>50.830.764</u>
	Resultados Operacionais	<u>5.230.762</u>	<u>5.035.493</u>
	Custo de Financiamento líquido	25 <u>-1.083.294</u>	<u>-928.262</u>
	Resultado antes de impostos	<u>4.147.468</u>	<u>4.107.231</u>
	Imposto sobre o rendimento	26 <u>1.069.786</u>	<u>1.106.914</u>
	Resultado depois de impostos	<u>3.077.682</u>	<u>3.000.317</u>
	Resultado consolidado do exercício	<u>3.077.682</u>	<u>3.000.317</u>
	Atribuível a:		
	Accionistas	2.726.794	2.804.618
	Interesses minoritários	350.888	195.697
	Resultados por acção	27	
	Básico	<u>0,15</u>	<u>0,16</u>
	Diluído	<u>0,15</u>	<u>0,16</u>

O Conselho de Administração,

* Efectuada reexpressão dos valores destas duas rubricas, reclassificando 831.528 euros de custo das vendas para FSE's.

Demonstrações Financeiras e Anexos

IBERSOL S.G.P.S., S.A. Demonstrações das alterações no Capital Próprio Consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 (valores em euros)

	Nota	Atribuível a detentores do capital				Interesses Minoritários	Total Capital Próprio	
		Capital Social	Ações Próprias	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido			Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2007		20.000.000	-8.462.090	33.528.023	10.865.925	55.931.859	4.158.288	60.090.147
Aplicação do resultado consolidado de 2006:								
Transferência para reservas e resultados transitados				9.862.827	-9.862.827	0		0
Dividendos distribuídos	29				-1.003.098	-1.003.098		-1.003.098
Aquisição/(alienação) de ações próprias	15		-2.684.721	65.055		-2.619.666		-2.619.666
Variação na % interesse Restmon				1.977		1.977	10.527	12.504
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2007					12.790.269	12.790.269	473.379	13.263.648
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		20.000.000	-11.146.810	43.457.882	12.790.269	65.101.341	4.642.194	69.743.535
Saldo em 1 de Janeiro de 2008		20.000.000	-11.146.810	43.457.882	12.790.269	65.101.341	4.642.194	69.743.535
Aplicação do resultado consolidado de 2007:								
Transferência para reservas e resultados transitados				11.800.089	-11.800.089	0		0
Dividendos distribuídos	29				-990.180	-990.180		-990.180
Aquisição/(alienação) de ações próprias	15		-32.832			-32.832		-32.832
Variação na % interesse nas filiais Iberaki e Restoh				166.840		166.840	-170.170	-3.330
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2008					13.688.813	13.688.813	525.005	14.213.818
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		20.000.000	-11.179.642	55.424.811	13.688.813	77.933.982	4.997.029	82.931.011

O Conselho de Administração,

Demonstrações Financeiras e Anexos

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidada dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(valores em euros)

	Nota	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2008	2007
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Fluxos das actividades operacionais (1)	30	26.331.502	36.098.675
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0	1.341.287
Activos tangíveis		1.066.474	172.743
Activos intangíveis		0	248.528
Juros recebidos		262.760	175.576
Dividendos recebidos			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		1.592.140	-290.711
Activos tangíveis		15.759.970	11.720.482
Activos intangíveis		2.291.585	1.610.809
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-18.314.461	-11.102.446
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos			-62.651
Empréstimos obtidos		13.748.722	6.562.956
Contratos de locação financeira			
Venda de acções próprias			126.560
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Amortizações de contratos locação financeiras		2.684.188	1.698.253
Juros e custos similares		4.660.917	3.942.579
Dividendos pagos		990.180	1.003.098
Reduções capital e prest.suplementares			
Aquisição de acções próprias		32.832	2.746.226
Outros			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		5.380.605	-2.763.291
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		13.397.646	22.232.938
Efeito das diferenças de cambio			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-7.382.913	-29.615.851
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	6.014.733	-7.382.913

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 426 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Cantina Mariachi, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burguer King, O’ Kilo, Pap’ aki, Bocatta, Café Sô, Iber, Pizza Móvil, Arroz Maria, Sol, Sugestões e Opções e José Silva Carvalho, Catering. O Grupo possui 398 unidades de exploração própria e 28 em regime de franquia. Deste universo, 116 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 90 estabelecimentos próprios e 26 franquizados.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 31 de Dezembro de 2008.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2008 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2007.

2.2 Consolidação

(a) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto ou o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço e demonstração de resultados consolidados, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve essa diferença e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade para cobrir esses prejuízos. Se a filial

subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se deles até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, acrescido dos custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como diferença de consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração de Resultados (ver Nota 2.5).

Os saldos e ganhos decorrentes de transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

(b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. O Grupo integra a sua parte nos activos, passivos, custos e proveitos do empreendimento conjunto usando o método linha a linha. O Grupo reconhece a porção dos ganhos ou perdas na venda de activos ao Empreendimento Conjunto atribuível aos outros empreendedores. O Grupo não reconhece a sua parte nos ganhos ou perdas na venda de activos do Empreendimento conjunto ao Grupo até que esses activos sejam alienados para fora do Grupo. Contudo, uma perda na transacção é reconhecida imediatamente se a perda é indiciadora de redução do valor líquido de realização dos activos ou de uma perda de imparidade. Os saldos e transacções entre empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada, na data de aquisição, é reconhecido como diferença de consolidação.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O Grupo considera que a actividade desenvolvida na área de restauração é suficientemente homogénea, pelo que apenas existe um segmento de negócio.

O Grupo opera em duas grandes áreas geográficas (Portugal e Espanha) geridas à escala nacional.

Demonstrações Financeiras e Anexos

Os segmentos primário e secundário são o segmento geográfico e o segmento de negócio, respectivamente.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente.

Os activos dos segmentos incluem, principalmente, activos fixos tangíveis, activos intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos, investimentos financeiros e derivados detidos para negociação ou designados como coberturas de empréstimos.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos, empréstimos e derivados de cobertura relacionados.

Os investimentos compreendem adições aos activos fixos tangíveis (Nota 8) e activos intangíveis (Nota 9).

Os investimentos são distribuídos, em termos de segmentos geográficos, com base no local onde se encontram os activos.

2.4 Conversão cambial

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("A moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transacções e Saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data do balanço dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa, ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia, nomeadamente, resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Demonstrações Financeiras e Anexos

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-50 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciáveis dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

2.6 Activos Intangíveis

a) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação representam o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada/empreendimento conjunto na data de aquisição. As diferenças de consolidação resultantes da aquisição de subsidiárias são incluídas nos activos intangíveis. As diferenças de consolidação são sujeitas a testes de imparidade, numa base anual e são apresentadas ao custo, deduzidas de perdas de imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor das diferenças de consolidação referentes à mesma.

As diferenças de consolidação são alocadas às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

c) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

d) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais, e são apresentadas ao custo menos amortizações acumuladas.

2.7 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos. No caso dos activos corpóreos, cada loja foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. São consideradas em imparidade as lojas com Resultados Operacionais negativos com pelo menos 2 anos de actividade.

As diferenças de consolidação são distribuídas pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da UGC.

2.8 Investimentos Financeiros

2.8.1 Classificação

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. O Conselho de Administração determina a classificação no momento de registo inicial dos investimentos e reavalia essa classificação em cada data de relato.

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelo Conselho de Administração. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de balanço.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e outros créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimentos. São incluídos nos activos correntes, excepto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como activos não-correntes.

c) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Conselho de Administração do grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não-correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data do balanço, os quais são classificados como activos correntes.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se o conselho de Administração entender alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data do balanço.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados (neste caso, são também reconhecidos ao justo valor, mas os custos de transacção são registados em custos do exercício em que sejam incorridos). Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são

valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração de resultados do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração de resultados como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, as quais incluem o uso de transacções recentes entre partes independentes, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, análise do fluxo de caixa descontado e modelos refinados de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

2.8.3 Imparidade

O Grupo verifica em cada data de balanço se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos, a qual requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de venda.

2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade. O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o

valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez elevada e maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. As acções preferenciais obrigatoriamente remíveis são classificadas no passivo (Nota 2.12).

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transacção directamente imputáveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efectuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando o Grupo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.15 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, e seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo é determinada em conjunto.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

a) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com pagamentos efectuados por cartão de débito/crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito/crédito a pagar pela transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

b) Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

c) Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

d) Royalties

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos acordos relevantes.

e) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito dos accionistas ao seu recebimento.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. As imobilizações corpóreas adquiridas através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.19 Resultado por acção

Básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 15).

Diluído

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, ajustado pelos dividendos de acções preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período mais o número médio de acções ordinárias emitíveis na conversão de acções ordinárias potenciais diluidoras.

2.20 Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A empresa não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (hedge accounting), respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pela Ibersol, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos no balanço ao seu custo inicial e depois remensurados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

Cobertura de Investimento Líquido

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos denominados em moeda diferente do euro.

A empresa tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa; objectivo e estratégia para a cobertura; classificação da relação de cobertura; descrição da natureza do risco que está a ser coberto; identificação do instrumento de cobertura e item coberto; descrição da mensuração inicial e futura da eficácia; identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considerará o desreconhecimento nas situações em que instrumento de cobertura expirar for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixa de ser altamente provável ou deixa de ser esperada; por razões de gestão a empresa decide cancelar a designação de cobertura.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Factores do risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, uma vez que o Grupo apenas está presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

O Grupo não detém investimentos em operações externas, não havendo exposição ao risco cambial.

ii) Risco de preço

O Grupo está exposto ao risco de preço das acções pelos investimentos detidos e classificados no balanço consolidado como activos financeiros disponíveis para venda, de reduzida expressão e que no final do exercício representam 0,2% do activo total (em 2007: 0,2%). O Grupo não está exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

Nos últimos anos o Grupo só numa pequena parte dos seus financiamentos tem considerado a hipótese de cobertura de risco à variação da taxa de juro. Tem uma operação de Swap sobre 9 milhões de euros em Espanha e o empréstimo de médio e longo prazo em que procedeu à fixação de taxa de juro terminou em Setembro de 2008. Consequentemente, a restante dívida remunerada vence juros a taxa variável.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Dezembro de 2008, uma subida de mais 50 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do exercício de 180 mil euros.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é feito com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, logo o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

Demonstrações Financeiras e Anexos

O Grupo monitoriza a liquidez com base nas previsões de fluxos de caixa, as quais nos próximos anos se apresentam com segue:

	<u>2009</u>	<u>de 2010 a 2014</u>
Empréstimos bancários	26,651,830	4,954,414
Papel comercial	11,000,000	22,000,000
Leasing	2,094,786	3,193,030
Fornecedores Imobilizado	4,356,026	500,000
Fornecedores	20,260,251	
Outras contas a pagar	7,839,354	581,212
Total	<u>72,202,247</u>	<u>31,228,656</u>

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

Em 31 de Dezembro de 2008, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era de 6% e o papel comercial emitido de 73% do montante contratado.

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2008 foi de 44% e em 31 de Dezembro de 2007 era de 48%, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Empréstimos	71.212.041	77.446.931
Caixa e equivalentes de caixa	<u>7.332.731</u>	<u>12.691.939</u>
Endividamento líquido	63.879.310	64.754.992
Capital próprio	<u>82.931.011</u>	<u>69.743.535</u>
Capital total	<u>146.810.321</u>	<u>134.498.527</u>
Rácio de alavancagem financeira	44%	48%

3.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

Demonstrações Financeiras e Anexos

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são:

a) Estimativa de imparidade das diferenças de consolidação

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade das diferenças de consolidação, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, antes de impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade das diferenças de consolidação poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal e Espanha. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento. Porquanto há inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 são as seguintes:

Demonstrações Financeiras e Anexos

Firma	Sede	% Participação	
		2008	2007
Empresa mãe			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
Empresas filiais			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80,00%	80,00%
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	Funchal	100,00%	100,00%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100,00%	85,00%
Restmon Portugal, Lda	Lisboa	61,00%	61,00%
Vidisco, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
(c) Pasta Caffè, S.L.U.	Pontevedra - Espanha	-	100,00%
Inverpeninsular, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Pizzalitos Restaurantes, Lda	Porto	100,00%	100,00%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ferro & Ferro, Lda.	Setúbal	100,00%	100,00%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Bilcas - Actividades Hoteleiras, Lda	Porto	100,00%	100,00%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Maia	51,00%	51,00%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Maia	51,00%	51,00%
RESTOH- Restauração e Catering, S.A	Maia	100,00%	51,00%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Maia	50,99%	50,99%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Sintra	51,00%	51,00%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100,00%	100,00%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Viço	100,00%	100,00%
(c) Zarapiam En Liquidación, SL	Madrid-Espanha	-	100,00%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
(c) Sabapas, SL	Madrid-Espanha	-	100,00%
Empresas controladas conjuntamente			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50,00%	50,00%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do semestre funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) Empresas entretanto incorporadas por fusão na filial Lurca no dia 01 de Outubro de 2008.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de consolidação proporcional em função da percentagem de participação detida pelo grupo, conforme indicado na Nota 2.2.b).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

Demonstrações Financeiras e Anexos

Sobre a participação na QRM a Ibersol tem uma opção de compra dos restantes 49% que poderá ser exercida até 31 de Dezembro de 2009.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

2007	Firma	Data entrada	Sede	% Participação	
				2008	2007
	Zarapiam En Liquidación, SL	30-Jun-07	Madrid	100,00%	100,00%
	Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	30-Jun-07	Porto	100,00%	100,00%
	UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	30-Jun-07	Porto	50,00%	50,00%
	Sabapas SL	31-Dez-07	Madrid	100,00%	100,00%

As aquisições do ano de 2007, acima mencionadas, tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2007:

Balanço

	<u>Dez-07</u>
Activos fixos tangíveis e intangíveis	1.372.600
Existências	23.133
Impostos diferidos activos	393.567
Outros activos	1.245.375
Caixa e equivalentes a caixa	620.201
Empréstimos	-31.283
Impostos diferidos passivos	-10.457
Outros passivos	<u>-2.112.911</u>
	1.500.226

Demonstração de Resultados

	<u>Dez-07</u>
Proveitos operacionais	909.649
Custos operacionais	-318.709
Resultado financeiro	<u>-3.058</u>
Resultado antes impostos	587.882
Imposto sobre o rendimento	<u>-10.288</u>
Resultado Líquido	<u>577.594</u>

5.2.2. Alienações

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 não ocorreram alienações de subsidiárias.

Demonstrações Financeiras e Anexos

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Formato de Relato Principal – segmento geográfico

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 são:

31 DE DEZEMBRO 2008	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	153.558.719	54.285.230	207.843.949
Mercadorias	1.555.025	2.766.717	4.321.742
Prestação de Serviços	930.229	1.460.328	2.390.557
Volume de Negócio por Segmento	156.043.973	58.512.275	214.556.248
Resultado operacional	19.273.098	4.352.840	23.625.938
Custo de financiamento líquido	-2.319.641	-1.838.258	-4.157.899
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	16.953.457	2.514.582	19.468.039
Imposto sobre o rendimento	4.513.563	740.658	5.254.221
Resultado líquido do exercício	12.439.894	1.773.924	14.213.818

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram:

31 DE DEZEMBRO 2007	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	144.891.342	51.043.940	195.935.282
Mercadorias	1.690.389	3.007.444	4.697.833
Prestação de Serviços	1.205.538	1.543.066	2.748.604
Volume de Negócio por Segmento	147.787.269	55.594.450	203.381.719
Resultado operacional	18.181.474	3.774.335	21.955.809
Custo de financiamento líquido	-2.181.696	-1.656.585	-3.838.281
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	15.999.778	2.117.750	18.117.528
Imposto sobre o rendimento	4.094.743	759.135	4.853.878
Resultado líquido do exercício	11.905.035	1.358.615	13.263.650

Outros elementos dos segmentos incluídos na demonstração de resultados são:

	<u>Exercício findo em</u> <u>31 de Dezembro de 2008</u>			<u>Exercício findo em</u> <u>31 de Dezembro de 2007</u>		
	Portugal	Espanha	Grupo	Portugal	Espanha	Grupo
Depreciações (Nota 8)	6.143.432	2.012.108	8.155.540	6.191.867	1.733.240	7.925.107
Amortizações (Nota 9)	1.214.423	327.774	1.542.197	1.229.356	344.295	1.573.651
Imparidade dos activos tangíveis (Nota 8)	654.877	855.937	1.510.814	653.275	-	653.275
Imparidade do goodwill (Nota 9)	46.163	-	46.163	46.163	-	46.163
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	-	-	-	686	222.041	222.726
Imparidade das contas a receber (Nota 14)	32.072	126.045	158.117	131.403	147.046	278.449

Demonstrações Financeiras e Anexos

As transferências ou transacções entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

Os activos, passivos e investimentos dos segmentos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008			Exercício findo em 31 de Dezembro de 2007		
	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total
Activos	<u>166.101.365</u>	<u>43.958.326</u>	<u>210.059.691</u>	<u>155.037.608</u>	<u>50.821.162</u>	<u>205.858.770</u>
Passivos	<u>39.922.363</u>	<u>7.883.271</u>	<u>47.805.634</u>	<u>41.899.218</u>	<u>9.724.653</u>	<u>51.623.871</u>
Investimento líquido (Notas 8 e 9)	<u>12.459.282</u>	<u>2.268.839</u>	<u>14.728.121</u>	<u>17.853.488</u>	<u>2.738.793</u>	<u>20.592.281</u>

Os activos e passivos não alocados aos segmentos Portugal e Espanha são:

	<u>Activos</u>	<u>Passivos</u>
Impostos diferidos	1.066.159	9.291.754
Imposto corrente	919.042	1.240.537
Empréstimos de curto prazo	-	41.064.614
Empréstimos de médio e longo prazo	-	30.147.427
Activos disponíveis para venda	<u>436.085</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.421.286</u>	<u>81.744.332</u>

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES

No exercício de 2008 realizaram-se dois eventos não recorrentes em que o grupo teve uma forte presença:

- o *Rock in Rio* em Lisboa, no qual o grupo Ibersol absorveu a quase totalidade da exploração das zonas de restauração;
- o lançamento mundial em Lisboa de um novo modelo da *Skoda*, durante um período de 20 dias, com a totalidade do serviço de catering a ser contratado à nossa filial José Silva Carvalho Catering.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensílios	Outras Imob. corpóreas	Imobilizado em curso	Total
01 de Janeiro de 2007						
Custo	91.317.571	59.014.361	3.509.812	5.764.407	1.962.818	161.568.969
Depreciação acumulada	14.239.037	32.285.671	2.754.865	4.367.333	-	53.646.905
Imparidade Acumulada	3.718.463	1.604.711	79.032	162.704	-	5.564.910
Valor líquido	73.360.071	25.123.979	675.915	1.234.371	1.962.818	102.357.153
31 de Dezembro de 2007						
Valor líquido inicial	73.360.071	25.123.979	675.915	1.234.371	1.962.818	102.357.153
Variações do perímetro de consolidação (1)	1.212.050	2.254.508	56.803	29.038	0	3.552.399
Adições	10.722.403	6.025.757	447.346	927.431	1.670.138	19.793.075
Diminuições	291.618	360.324	4.426	5.595	551.456	1.213.419
Transferências	1.248.407	74.568	0	9.190	-1.332.165	0
Depreciação exercício	1.919.340	5.161.096	280.438	564.232	-	7.925.107
Deprec. pelas variações do perímetro	573.424	1.534.853	36.287	8.545	-	2.153.109
Imparidade Exercício	667.468	-9.601	-3.018	-1.573	-	653.275
Valor líquido final	83.091.082	26.432.140	861.931	1.623.231	1.749.335	113.757.719
31 de Dezembro de 2007						
Custo	103.806.390	66.174.726	3.937.089	6.665.864	1.749.335	182.333.404
Depreciação acumulada	16.624.496	38.213.762	2.999.144	4.881.503	-	62.718.905
Imparidade Acumulada	4.090.812	1.528.824	76.014	161.130	-	5.856.780
Valor líquido	83.091.082	26.432.140	861.931	1.623.231	1.749.335	113.757.719

(1) as variações do perímetro correspondem à aquisição nesta data das filiais Zarapiam e Sabapas, com sede em Espanha, e do controlo conjunto da UQ Consult, S.A.

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensílios	Outras Imob. corpóreas	Imobilizado em curso	Total
31 de Dezembro de 2008						
Valor líquido inicial	83.091.082	26.432.140	861.931	1.623.231	1.749.335	113.757.719
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Adições	8.782.670	4.032.711	607.859	621.106	1.897.426	15.941.772
Diminuições	647.194	520.739	318.602	14.123	28.622	1.529.280
Transferências	1.421.733	-954	-	271.578	-1.712.275	-19.919
Depreciação exercício	2.145.913	5.062.027	347.467	600.133	-	8.155.540
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	1.510.814	-	-	-	-	1.510.814
Valor líquido final	88.991.565	24.881.131	803.721	1.901.659	1.905.864	118.483.939
31 de Dezembro de 2008						
Custo	112.625.244	69.200.730	4.186.400	7.486.554	1.905.864	195.404.792
Depreciação acumulada	18.544.148	43.083.486	3.333.393	5.481.075	-	70.442.102
Imparidade Acumulada	5.089.531	1.236.113	49.287	103.820	-	6.478.751
Valor líquido	88.991.565	24.881.131	803.720	1.901.659	1.905.864	118.483.939

A 31 de Dezembro de 2008, os bens utilizados em regime de locação financeira são os seguintes:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	720.192	262.252
Equipamentos	9.266.294	3.084.031
Ferramentas e utensílios	49.149	25.944
Outras imobilizações corpóreas	751.703	231.648
	10.787.338	3.603.875

Sendo que o valor correspondente a contratos celebrados no exercício de 2008 é de 1.887.276 euros.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis decompõem-se como se segue:

	Dez-08	Dez-07
Diferenças de consolidação	44.246.954	44.293.117
Outros Intangíveis	18.561.657	19.841.435
	62.808.611	64.134.552

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Diferenças de Consolidação	Trespases	Marcas e licenças	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Imobilizado em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2007							
Custo	43.093.625	1.870.774	22.022.418	656.143	5.217.992	13.607.685	86.468.637
Amortização acumulada	-	413.308	19.986.443	490.060	2.705.840	-	23.595.651
Imparidade acumulada	1.708.111	27.638	317.374	-	219.580	-	2.272.703
Valor líquido	41.385.514	1.429.828	1.718.602	166.083	2.292.572	13.607.685	60.600.283
31 de Dezembro de 2007							
Valor líquido inicial	41.385.514	1.429.828	1.718.602	166.083	2.292.572	13.607.685	60.600.283
Variações do perímetro de consolidação	0	2.559	250.482	45.260	23.542	0	321.843
Adições	2.992.641	9.105	1.163.413	14.602	305.153	1.305.543	5.790.457
Diminuições	38.875	105.571	25.509	0	248.528	-	418.483
Transferências	-	0	55.526	0	7.406.549	-7.464.664	-2.589
Amortização do exercício	-	161.590	952.637	47.153	412.270	0	1.573.651
Deprec. pelas variações do perímetro	-	2.559	243.600	45.051	23.209	-	314.419
Imparidade Exercício	46.163	-	222.726	-	0	-	268.889
Valor líquido final	44.293.117	1.171.772	1.743.550	133.741	9.343.809	7.448.564	64.134.552
31 de Dezembro de 2008							
Custo	46.047.391	1.776.867	23.181.390	716.005	12.704.708	7.448.564	91.874.925
Amortização acumulada	-	577.457	20.905.646	582.264	3.141.319	-	25.206.687
Imparidade acumulada	1.754.274	27.638	532.194	-	219.580	-	2.533.686
Valor líquido	44.293.117	1.171.772	1.743.550	133.741	9.343.809	7.448.564	64.134.552

Demonstrações Financeiras e Anexos

	Diferenças de Consolidação	Trespases	Marcas e licenças	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Imobilizado em curso (1)	Total
31 de Dezembro de 2008							
Valor líquido inicial	44.293.117	1.171.772	1.743.550	133.741	9.343.809	7.448.564	64.134.552
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	276.500	397.169	105.000	647.008	18.604	1.444.281
Diminuições	-	-31.175	222.943	-	174.383	799.065	1.165.216
Transferências	-	-	35.821	-	3.512.229	-3.564.696	-16.645
Amortização do exercício	-	164.581	798.291	66.272	513.053	-	1.542.197
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	46.163	-	-	-	-	-	46.163
Valor líquido final	44.246.954	1.314.866	1.155.306	172.469	12.815.610	3.103.407	62.808.611
31 de Dezembro de 2008							
Custo	46.047.391	2.029.398	22.680.465	821.005	16.528.191	3.103.407	91.209.858
Amortização acumulada	-	688.700	21.341.762	648.536	3.500.109	-	26.179.107
Imparidade acumulada	1.800.437	25.833	183.397	-	212.472	-	2.222.140
Valor líquido	44.246.954	1.314.866	1.155.306	172.469	12.815.610	3.103.407	62.808.611

(1) o saldo da rubrica de imobilizado em curso diz respeito às 4 concessões ainda por abrir, nas áreas de serviço de Guimarães, Fafe, Paredes e Maia, áreas de serviço essas cuja construção ainda decorre. Por sua vez, o movimento do exercício decorre da abertura das áreas de serviço cuja obra ficou concluída.

A 31 de Dezembro de 2008, as concessões e os direitos territoriais do grupo, e a respectiva vida útil associada, são apresentados como segue:

<u>Direitos Territoriais</u>	<u>Nº anos</u>	<u>Ano limite de utilização</u>
Pans & Company	10	2016
Burger King	20	2021
<u>Direitos de Concessão</u>	<u>Nº anos</u>	<u>Ano limite de utilização</u>
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	28	2017
Área Serviço do Fogueteiro	16	2015
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área de Serviço A5 Oeiras	12	2015
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Guimarães	30	2036
Áreas Serviço Fafe	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Felgueiras	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares	24	2030
Áreas Serviço Vouzela	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Paredes	26	2032
Área Serviço Maia	26	2032

Demonstrações Financeiras e Anexos

A distribuição das diferenças das diferenças de consolidação por segmento apresenta-se como segue:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Portugal	11.343.427	11.389.590
Espanha	<u>32.903.527</u>	<u>32.903.527</u>
	<u>44.246.954</u>	<u>44.293.117</u>

As diferenças de consolidação alocadas ao segmento Espanha em 31 de Dezembro de 2008 resultaram principalmente da aquisição das filiais Lurca e Vidisco.

Nos testes de imparidade foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento para a perpetuidade	2%
Taxa de desconto	7%

A taxa de desconto apresentada é líquida de Imposto e foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital) considerando os seguintes parâmetros:

Taxa juro sem risco	4,5%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,0%
Beta	1
Prémio risco da dívida	1,5%
Taxa Imposto (Portugal/Espanha)	26,5%/30%
Capitais próprios/Dívida remunerada	60%/40%

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A decomposição dos investimentos financeiros apresenta-se como segue:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros	172.085	172.085
Outros Investimentos financeiros	264.000	264.000
	<u>436.085</u>	<u>436.085</u>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u>436.085</u>	<u>436.085</u>

Os activos reflectidos nas rubricas acima referidas dizem respeito a participações financeiras em entidades não cotadas.

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Demonstrações Financeiras e Anexos

A decomposição dos activos financeiros disponíveis para venda apresenta-se como segue:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Clientes e outros devedores (1)	1.060.114	749.072
Outros activos não correntes	1.060.114	749.072
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u>1.060.114</u>	<u>749.072</u>

(1) o saldo é maioritariamente constituído por depósitos e fianças constituídos em Espanha e por dívidas resultantes da cedência de imobilizado a franchisados, na filial Vidisco.

12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.047.254	4.017.841
Mercadorias	155.360	133.863
	<u>4.202.614</u>	<u>4.151.704</u>
Perdas de imparidade acumuladas	74.981	74.981
Existências líquidas	4.127.633	4.076.723

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Numerário	605.360	795.404
Depósitos bancários	3.006.465	6.187.607
Aplicações de tesouraria	<u>3.720.906</u>	<u>5.708.928</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	7.332.731	12.691.939
Descobertos bancários	1.317.997	20.074.852
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>6.014.734</u>	<u>-7.382.913</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

Demonstrações Financeiras e Anexos

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Clientes	5.279.723	4.671.440
Estado e outros entes públicos (1)	1.750.968	1.242.152
Outros devedores (2)	5.957.301	2.546.493
Adiantamentos a fornecedores	16.141	104.237
Acréscimos de proveitos (3)	3.059.635	1.060.731
Custos diferidos (4)	<u>1.863.672</u>	<u>1.951.186</u>
Outros activos correntes	17.927.440	11.576.239
Perdas de imparidade acumuladas	<u>761.735</u>	<u>919.852</u>
	17.165.705	10.656.387

(1) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de Iva a recuperar (831.787 euros), e de IRC (919.042 euros).

(2) A conta outros devedores decompõe-se pelas seguintes rubricas:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Adiantamentos	8.791	8.791
Venda de activos financeiros	61.000	-
Contratos com fornecedores	2.789.631	-
Outros	3.097.879	2.537.702
	<u>5.957.301</u>	<u>2.546.493</u>

(3) Detalhe da rubrica acréscimos de proveitos:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Juros a receber	46.549	45.534
Contratos com fornecedores	2.486.927	694.275
Outros	526.159	320.922
	<u>3.059.635</u>	<u>1.060.731</u>

(4) Detalhe da rubrica custos diferidos:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	Dez-08	Dez-07
Rendas e condomínios	1.229.704	1.180.968
Fornecimento e serviços externos	337.945	390.629
Outros	296.023	379.589
	1.863.672	1.951.186

As dívidas de Terceiros podem ser decompostas da seguinte forma em termos de imparidade:

	Dez-08		Dez-07	
	c/ Imparidade	s/ Imparidade	c/ Imparidade	s/ Imparidade
Clientes c/c	446.224	4.833.499	643.014	4.028.426
Outros devedores	315.511	5.641.790	402.776	2.143.717
	761.734	10.475.290	1.045.790	6.172.143

No que diz respeito às dívidas sem ajustamentos de imparidade a sua decomposição apresenta-se como segue:

	Dez-08	Dez-07
dívida não vencida	600.969	494.269
dívida vencida:		
a menos de 1 mês	602.254	754.215
entre um e três meses	826.404	1.000.018
a mais de três meses	2.803.871	1.779.924
	4.833.498	4.028.426

Os movimentos ocorridos no exercício 2008 na rubrica perdas de imparidade das dívidas de terceiros foram os seguintes:

	Saldo inicial	Reclassificação	Perdas do ano	Reversão imparidade	Variação perímetro	Saldo final
Clientes c/c	517.076	-125.322	69.794	-15.324	-	446.224
Outros devedores	402.776	-87.265	-	-	-	315.511
	919.851	-212.587	69.794	-15.324	0	761.734

15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 ações ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro.

Demonstrações Financeiras e Anexos

A empresa adquiriu 5.627 acções próprias através da compra na Euronext no ano 2008. O montante pago para aquisição das acções foi de 32.832 € e foi deduzido ao capital próprio. As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridos por 11.179.644 euros.

O montante de reservas indisponíveis do grupo, ascende a 15.179.645 e dizem respeito às reservas legais (4.000.001 euros) e a outras reservas, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.644 euros).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os interesses minoritários detalham-se como segue:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Ibersande	3.028.753	2.512.693
Restmon	-	10.527
Grupo QRM	<u>1.968.276</u>	<u>2.118.974</u>
	<u>4.997.029</u>	<u>4.642.194</u>

16. **EMPRÉSTIMOS**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Empréstimos bancários	26.954.396	39.082.537
	<u>26.954.396</u>	<u>39.082.537</u>
Corrente	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Descobertos bancários	1.317.997	20.074.852
Empréstimos bancários	37.651.830	11.746.010
	<u>38.969.827</u>	<u>31.820.862</u>
Total empréstimos	<u>65.924.224</u>	<u>70.903.398</u>
Taxa de juro média	<u>5,3%</u>	<u>4,7%</u>

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	Dez-08	Dez-07
entre 1 e 2 anos	26.065.732	19.405.130
entre 2 e 5 anos	888.665	19.633.449
> 5 anos	-	43.957
	26.954.396	39.082.537

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados aos empréstimos a 31 de Dezembro de 2008, detalham-se como segue:

	FC 2009	FC 2010	FC 2011	FC 2012	FC 2013
Empréstimos	37.651.830	26.065.732	401.441	441.313	45.910
Juros	1.981.105	950.271	89.074	70.005	3.542

Para os Programas de Papel Comercial consideramos o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados.

No final do ano, o passivo corrente ascende a 88 milhões de euros, face ao 29 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se à opção pela utilização de dívidas de curto prazo para financiamento de investimento. Durante o ano 2009 é previsível que a sociedade desenvolva operações no sentido da consolidação da dívida bancária de curto prazo.

O Grupo a 31 de Dezembro de 2008 tinha 28 milhões de euros relativos a papel comercial não emitido e linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

Edifícios e Outras Construções no valor de 8.744.990 € (8.744.990 em 2007) estão dados em garantia de empréstimos bancários (Nota 25).

A filial Lurca subscreveu um empréstimo em exercícios anteriores com um valor de 9.000.000 euros vencendo juros à taxa variável Euribor 12 meses, fixada no início de cada trimestre. Em 2007 foi contratado um Swap bonificado com barreira Knock-in com o objectivo de cobertura do risco de fluxos de caixa futuros, nas seguintes condições:

- Taxa de juro fixa (4,49%) se a taxa de juro variável fixada no início do trimestre menos o diferencial é igual ou inferior à barreira knock-in de 4,95%
- Taxa de juro variável fixada no início de cada período menos o diferencial, se a taxa de juro variável diferida é superior à barreira knock-in de 4,95%.

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

17.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Demonstrações Financeiras e Anexos

Impostos diferidos passivos	Dez-08	Dez-07
Homogeneização de amortizações	10.638.212	9.306.186
Perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	-1.932.876	-1.651.932
Anulação de imobilizações incorpóreas	-310.679	-211.917
Anulação de menos-valias fiscais pela venda imobilizado I/G	312.909	312.909
Imposto do exercício Vidisco, Lurca e Vidisco UTE	584.188	406.361
	9.291.754	8.161.608

17.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

Impostos diferidos activos	Dez-08	Dez-07
Prejuízos fiscais reportáveis	1.066.159	1.641.494
	1.066.159	1.641.494

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 737.124 referentes a prejuízos fiscais de 2.992.247 que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

SALDO DE REPORTES FISCAIS POR ANO LIMITE DE UTILIZAÇÃO (após utilização em 31-12-2008) (*)								
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2019	2021	TOTAL
673.211	601.335	779.226	1.225.579	2.086.926	1.065.538	30.209	438.894	6.900.918

(*) Empresas Portuguesas: 6 anos
Empresas Espanholas: 15 anos

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

	Activo	Passivo
Saldo Inicial	1.641.494	8.161.608
Diferenças temporárias no exercício	-575.335	1.130.146
Saldo final	1.066.159	9.291.754

18. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos apresenta-se como segue:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	Dez-08	Dez-07
Litígios judiciais	5.257	5.257
Outros	341.162	178.291
Provisões para outros riscos e encargos	346.419	183.549

	Saldo inicial	Reclassificação	Utilização	Reversão imparidade	Perdas do ano	Saldo final
Litígios judiciais	5.257	-		-	-	5.257
Outros	178.291	212.587	-43.849	-5.867	-	341.162
	183.549	212.587	-43.849	-5.867	0	346.419

As provisões para outros riscos e encargos variaram em 212.587, na filial Vidisco, pela adoção do novo sistema de normalização contabilístico em Espanha, dado que procedeu à reclassificação das provisões para dívidas de clientes e outros devedores (Nota 14). O restante valor destina-se maioritariamente à cobertura de prémios mensais por reforma antecipada dos trabalhadores, na filial Lurca.

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	Dez-08	Dez-07
Fornecedores locação financeira	3.193.031	3.947.208
Outros credores (1)	1.336.036	1.585.237
Outros passivos não correntes	4.529.067	5.532.445

(1) inclui um valor de 447.144, referente à dívida pela compra da Vidisco, 500.000 referente ao valor ainda em dívida da compra da filial José Silva Carvalho Catering, SA e 382.000 referente ao valor em dívida pelos empréstimos da Nova Gala à sua participada QRM, SA.

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	Dez-08	Dez-07
Capital em dívida:		
Até 1 ano	2.094.786	2.596.325
Mais de 1 ano e até 5 anos	3.193.030	3.947.208
	5.287.817	6.543.533

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2008 detalham-se como segue:

Demonstrações Financeiras e Anexos

Locação Financeira	2,094,786	1,642,836	1,225,273	315,180	9,741		
Outros Credores	1,870,790	582,954	28,848	28,848	411,714	28,848	254,824

20. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Fornecedores c/c	18.729.389	20.478.374
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.530.841	1.260.865
Fornecedores de imobilizado c/c	4.356.026	7.861.163
Fornecedores imobilizado - inv.financeiros (1)	-	1.495.044
Fornecedores locação financeira	<u>2.094.786</u>	<u>2.596.325</u>
Total contas a pagar a fornecedores	<u><u>26.711.042</u></u>	<u><u>33.691.771</u></u>
	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	42.709	37.149
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	3.984.257	4.243.776
Acréscimos de custos - Prémios	548.778	554.756
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	139.189	428.150
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	910.167	834.995
Acréscimos de custos - Outros	<u>1.755.282</u>	<u>1.002.064</u>
Total acréscimos de custos	<u><u>7.380.382</u></u>	<u><u>7.100.890</u></u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u><u>34.091.424</u></u>	<u><u>40.792.661</u></u>

(1) incluía, em 2007, um valor de 60.044, referente à dívida pela compra da nova filial Maestro, SA, e de 1.435.000 relativo ao valor em dívida pela compra da nova filial Sabapas, SA.

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Outros credores	1.870.790	2.471.637
Estado e outros entes públicos	5.968.586	4.658.056
Proveitos diferidos (1)	<u>7.527.702</u>	<u>5.697.081</u>
Outros passivos correntes	<u><u>15.367.078</u></u>	<u><u>12.826.774</u></u>

(1) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Contratos com fornecedores (1)	7.379.204	5.455.384
Direitos de franquias	136.846	142.271
Resultado lease-back	-	35.936
Subsidio para investimento	4.410	8.530
Outros	<u>7.242</u>	<u>54.960</u>
	<u>7.527.702</u>	<u>5.697.081</u>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores até 31 de Dezembro de 2008 e respeitantes a períodos seguintes.

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2008 e 2007 podem ser decompostos como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Subcontratos	200.383	269.688
Electricidade, água, combustíveis e outros fluídos	8.253.457	7.701.719
Rendas e alugueres	22.307.930	23.019.032
Condomínios	4.375.625	4.041.362
Comunicação	1.242.959	1.211.379
Seguros	614.809	740.481
Ferramentas e utensílios desgaste rápido e mat.escritório	1.516.333	1.486.550
Royalties	6.680.830	4.595.785
Deslocações e estadas e transporte mercadorias	1.650.894	1.626.023
Honorários	1.021.852	2.110.736
Conservação e reparação	5.018.548	4.232.726
Publicidade e propaganda	6.420.274	6.866.079
Limpeza, higiene e conforto	2.213.222	2.024.497
Trabalhos especializados	3.685.762	3.194.525
Outros FSE's	<u>1.565.049</u>	<u>711.114</u>
	<u>66.767.927</u>	<u>63.831.696</u>

23. CUSTOS COM PESSOAL

Os Custos com o Pessoal em 2008 e 2007 podem ser decompostos como segue:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	2008	2007
Salários e ordenados	52.038.701	48.586.893
Contribuições para a segurança social	12.045.116	11.406.506
Seguros de acidentes de trabalho	444.588	444.938
Custos acção social	3.838	1.987
Alimentação pessoal	2.295.877	2.012.043
Outros custos com pessoal (1)	455.255	309.422
	67.283.375	62.761.789
N.º medio de empregados	5.986	5.155

(1) outros custos com pessoal englobam, nomeadamente, indemnizações, recrutamento e formação do pessoal e medicina no trabalho.

24. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em Outros Custos Operacionais estão incluídos os seguintes custos:

	2008	2007
Outros Custos Operacionais		
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	607.226	596.137
Perdas em imobilizado	1.135.313	812.240
Quotizações	44.053	39.063
Ajustamentos de imparidade	-	205.712
Outros custos operacionais	170.839	184.915
	1.957.432	1.838.067

Por sua vez, a decomposição de Outros Proveitos Operacionais em 2008 e 2007 apresenta-se como segue:

	2008	2007
Outros Proveitos Operacionais		
Proveitos suplementares	2.766.283	2.334.881
Subsídios à exploração	36.590	23.500
Ganhos em imobilizado	314.209	191.515
Indemnização Palácio de Gelo	325.145	-
Reversão de ajustamentos de imparidade	21.191	57.082
Leaseback	35.936	39.199
Outros ganhos operacionais	16.894	8.299
	3.516.247	2.654.476

Demonstrações Financeiras e Anexos

25. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

Nesta rubrica incluem-se em 2008 e 2007 os seguintes custos:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros suportados	4.115.932	3.834.921
Juros obtidos	-175.403	-139.109
Diferenças de câmbio	49.718	-3.626
Descontos de pronto pagamento obtidos	-20.728	-15.295
Outros custos e proveitos financeiros	<u>188.380</u>	<u>161.390</u>
	<u>4.157.899</u>	<u>3.838.281</u>

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Imposto corrente	3.548.738	3.146.761
Imposto diferido (Nota 17)	<u>1.705.482</u>	<u>1.707.117</u>
	<u>5.254.221</u>	<u>4.853.878</u>

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucros antes de impostos	<u>19.468.039</u>	<u>18.117.528</u>
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5%)	5.159.030	4.801.145
Efeito fiscal gerado por:		
Diferença de taxa de imposto aplicável nas ilhas e arquipélagos	-652	-643
Diferença de taxa de imposto aplicado noutros países	88.010	73.286
Resultados não tributados ou não recuperáveis	-	-
Impostos diferidos não reconhecidos por razões de prudência	-160.187	-994.987
Insuficiência/ (excesso) estimativa ano anterior	-65.050	-21.136
Ajustamentos de imparidade	-269.690	-141.782
Impostos diferidos do Ex.º por homogeneização de amortizações	1.222.009	1.116.708
Ajuste do imposto diferido passivo de anos anteriores (alteração taxa)	-	78.841
Ajuste do imposto diferido activo de anos anteriores (alteração taxa)	-	-26.463
Alteração do resultado tributável por ajustes fiscais, de consolidação e outros efeitos	<u>-719.250 (1)</u>	<u>-31.091</u>
Gastos de Imposto sobre o Rendimento	<u>5.254.221</u>	<u>4.853.878</u>

(1) este valor inclui maioritariamente o ajuste fiscal ao imposto do ano da filial Lurca pela incorporação por fusão das filiais Pasta Caffè, Zarapiam e Sabapas.

A taxa média ponderada dos impostos sobre lucros foi de 27% (2007:27%).

Demonstrações Financeiras e Anexos

27. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	Dez-08	Dez-07
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>13.688.813</u>	<u>12.790.269</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-1.996.679	-1.767.022
	<u>18.003.321</u>	<u>18.232.979</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,76</u>	<u>0,70</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,76</u>	<u>0,70</u>
Número acções próprias no final do exercício	<u>2.000.000</u>	<u>1.994.373</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

28. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 os activos e passivos financeiros detalham-se como segue:

Activos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico	Método Valorização
Outros activos não correntes	contas a receber	1.060.114	custo amortizado
Investimentos financeiros	disponível para venda	436.085	justo valor s/ impacto DR
Caixa e equivalentes de caixa	contas a receber	7.332.731	custo amortizado
Clientes	contas a receber	5.279.723	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	contas a receber	1.750.968	custo amortizado
Outros devedores	contas a receber	5.957.301	custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	contas a receber	<u>16.141</u>	custo amortizado
		<u>21.833.063</u>	
Empréstimos	outros passivos	65.924.224	custo amortizado
Locação financeira	outros passivos	5.287.817	custo amortizado
Fornecedores	outros passivos	24.616.256	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	outros passivos	5.968.586	custo amortizado
Outros credores	outros passivos	<u>3.206.826</u>	custo amortizado
		<u>105.003.708</u>	

Apenas os Activos Financeiros (Clientes e Outros Devedores) apresentam perdas de imparidade, conforme evidenciado na Nota 14. Os ganhos e perdas em activos e passivos financeiros em 2008 e 2007 foram os seguintes:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	Ganho/ (Perda)	
	Dez-08	Dez-07
Contas a receber	48.979	278.449
Activos disponíveis para venda	-	-
Activos a custo amortizado	-	-
	48.979	278.449

Os juros de activos e passivos financeiros em 2008 e 2007 foram os seguintes:

	Juros	
	Dez-08	Dez-07
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	4.115.932	3.834.921
	4.115.932	3.834.921

Não existem activos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e consequentemente não há diferenças de câmbio relativas a activos e passivos financeiros.

29. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 7 de Abril de 2008 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 euros por acção (0,055 euros em 2007), os quais foram pagos em 07 de Maio de 2008 correspondendo a um valor total de 990.180 euros (1.003.098 euros em 2007).

30. FLUXOS DE CAIXA DECORRENTES DAS OPERAÇÕES

A desagregação dos fluxos de caixa da actividade operacional pode ser apresentada como segue:

	2008	2007
Recebimentos de clientes	216.393.769	203.906.354
Pagamentos a fornecedores	-129.104.329	-116.679.604
Pagamentos ao pessoal	-53.053.741	-50.745.170
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento	-3.325.489	-3.691.383
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional	<u>-4.578.708</u>	<u>3.308.478</u>
Fluxos de caixa gerados pelas operações	<u>26.331.502</u>	<u>36.098.675</u>

31. CONTINGÊNCIAS

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio. Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

Demonstrações Financeiras e Anexos

	<u>Dez-08</u>	<u>Dez-07</u>
Garantias prestadas	205.453	243.901
Garantias bancárias	3.745.746	3.511.994

Existem ainda na Vidisco e na IBR Imobiliária hipotecas de edifícios no valor de 681.194 e 8.067.642 euros, respectivamente (8.744.990 em 2007), dadas como garantias de empréstimos.

32. COMPROMISSOS

Não existem investimentos contratados na data do Balanço ainda não incorridos.

33. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A 31 de Dezembro de 2008, o Balanço e Demonstração dos Resultados do empreendimento conjunto UQ Consult apresenta-se como segue:

	<u>Dez-08</u>
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	877.565
Existências	-
Dívidas de terceiros	1.040.795
Caixa e equivalentes a caixa	240.922
Acréscimos e diferimentos	90.281
Total do activo	<u>2.249.563</u>
<hr/>	
Capital Próprio	<u>950.615</u>
Dívidas a terceiros médio e longo prazo	343.084
Dívidas a terceiros curto prazo	878.717
Acréscimos e diferimentos	77.147
Total do passivo	<u>1.298.948</u>
Total do capital próprio e passivo	<u>2.249.563</u>

	<u>Dez-08</u>
Volume de Negócio	2.579.890
Resultado operacional	-2.302.470
Custo de financiamento líquido	<u>22.830</u>
Resultado antes impostos	300.250
Imposto sobre o rendimento	<u>-86.300</u>
Resultado líquido	<u>213.950</u>

34. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As entidades que detêm uma participação qualificada, com mais de 10% de direitos de voto, no grupo são:

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 1.400 acções
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 1.400 acções
- ATPS, SGPS, SA – 425.182 acções
- IES, SGPS, SA – 9.998.000 acções

Após consideração do montante referente às acções próprias, os restantes 39% encontram-se dispersos.

Os saldos e transacções com entidades relacionadas não são materialmente relevantes, excepto quanto ao abaixo referido.

Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:

O Conselho de Administração é remunerado pela IES-SGPS, que celebrou um contrato de prestação de serviços com a filial Ibersol Restauração, SA para o ano de 2008, no valor de 719.603 euros (702.052 euros em 2007).

35. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

Encontram-se revistas as seguintes Normas IFRS – IAS 1, IAS 23, IAS 27 e IFRS 3 - e foi emitida a Norma IFRS 8, cuja aplicação será obrigatória em 2009.

Não se estimam impactos significativos nas demonstrações consolidadas do grupo, caso tivesse sido efectuada aplicação antecipada das referidas Normas.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2008 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de Março de 2009.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 212.480.977 euros e um total de capital próprio de 82.931.011 euros, o qual inclui Interesses Minoritários de 4.997.029 euros e um resultado líquido de 13.688.813 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração Consolidada das alterações no Capital Próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no Capital Próprio Consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Ibersol, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Ibersol, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2008, as alterações no Capital Próprio Consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 11 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA

Aos Senhores Accionistas

Nos termos e para os efeitos do disposto na al.g) do nº 1 do Artº 420º e do Artº 452º do Código das Sociedades Comerciais e das competentes disposições estatutárias apresentamos relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e emitimos o nosso parecer relativo aos relatórios e contas individuais e consolidadas relativo ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2008.

Acompanhamos, no âmbito da competência do Conselho Fiscal e com a extensão julgada adequada a actividade da sociedade e das suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e das disposições em vigor, tendo recebido, para tanto, informação do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo Pricewaterhouse Coopers & Associados.

Apreciamos o relatório de gestão individual e consolidado e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivos anexos relativos ao exercício de 2008 apresentados pelo Conselho de Administração, a Certificação Legal de Contas e respectivo Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, tendo igualmente analisado o Relatório de Auditoria apresentado pela Pricewaterhouse Coopers & Associados.

Ao longo do exercício foram realizadas reuniões trimestrais do Conselho Fiscal onde foram analisadas e apreciadas as matérias sujeitas à competência deste órgão e onde estiveram presentes, a pedido do Conselho Fiscal, o revisor de contas e o auditor externo, os quais deram conhecimento e obtiveram a concordância do Conselho Fiscal relativamente ao plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a apurar a eficácia do sistema de gestão de risco, controlo interno e auditoria interna e a qualidade do processo de preparação e divulgação de informação financeira e respectivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade, tendo sido por aqueles prestadas informações detalhadas sobre as conclusões apuradas.

O Conselho de Administração disponibilizou-se para prestar ao Conselho Fiscal os esclarecimentos e informações necessários à compreensão da actividade e da informação financeira por si elaborada.

Não foi comunicada ao Conselho Fiscal a verificação de qualquer irregularidade por parte de accionistas, colaboradores ou terceiros.

O Conselho Fiscal procedeu à análise do relatório de gestão do exercício de 2008, exerceu a sua competência de supervisão das habilitações e independência do auditor externo e do revisor oficial de contas e apreciou a Certificação Legal das Contas e o Relatório da Auditoria.

Nos termos da análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que os relatórios e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de dois mil e oito permitem uma compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados e foram elaborados de acordo com as normas legais em vigor bem como que a proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com a lei e os estatutos, pelo que, nada obsta à sua aprovação em Assembleia Geral.

Declaração

Nos termos previstos na al.c) do nº 1 do artº 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 11 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira

António Maria de Borda Cardoso

Joaquim Alexandre de Oliveira Silva